



LAIS APARECIDA SILVA

**ARRANJO LOCAL DE GOVERNANÇA: UM ESTUDO
ACERCA DO TURISMO DO TURISMO DO MUNICÍPIO DE
MARIA DA FÉ -MG**

LAVRAS – MG

2023

LAIS APARECIDA SILVA

**ARRANJO LOCAL DE GOVERNANÇA: UM ESTUDO ACERCA DO TURISMO DO
MUNICÍPIO DE MARIA DA FÉ -MG**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências do
curso de Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr.

José de Arimatéia Dias Valadão

LAVRAS – MG

2023

LAIS APARECIDA SILVA

**ARRANJO LOCAL DE GOVERNANÇA: UM ESTUDO
ACERCA DO TURISMO DO MUNICÍPIO DE MARIA DA FÉ -
MG**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências do
curso de Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.

Aprovada em 27 de julho de 2023

Prof. Ms. Rafael Rodrigues de Castro

Prof. Ms. Kellen Cristina de Abreu

Prof. Dr.

José de Arimatéia Dias Valadão

LAVRAS – MG

2023

RESUMO

A governança vem sendo amplamente discutida no setor público. Por meio dela as instituições governamentais buscam otimizar suas formas de organização visando a eficácia, eficiência e o melhor gerenciamento de recursos públicos em razão do interesse coletivo. Seu propósito emerge como um elemento crucial para garantir que as políticas públicas em setores como o do turismo, se desenvolvam de maneira sustentável, minimizando impactos negativos e maximizando benefícios sociais, econômicos e ambientais em nível local. O turismo por sua vez tem sido impulsionador do crescimento econômico de variados territórios, ao mesmo tempo em que enfrenta complexos desafios relacionados à gestão eficiente dos recursos naturais, à preservação do patrimônio cultural e à satisfação das demandas dos turistas e da própria comunidade local. Nesse sentido, é pertinente dizer que a instância de governança local em nível municipal tem o dever de estar ciente dos principais gargalos encontrados na organização e gestão da atividade turística no município, enquanto garantidores de um interesse comum e coletivo. Assim, este estudo propõe-se, a partir de um estudo de caso, identificar os principais desafios enfrentados pela governança do turismo da cidade de Maria da Fé, sul de Minas Gerais, a partir da percepção do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR. Em segundo plano, buscou-se avaliar a participação e atuação comunitária na construção deste arranjo local de governança turística, junto a esses aspectos, a análises dos resultados das percepções dos conselheiros foram categorizadas segundo as dimensões da governança e do turismo de base comunitária (TBC). Assim, nos resultados destacaram-se a falta de coordenação entre os atores envolvidos, conflitos de interesses e ausência da atuação da comunidade local nas decisões relacionadas ao desenvolvimento turístico e local, o que releva que a maneira como o setor turístico é gerenciado e conduzido em uma determinada região pode ter um impacto significativo em seu desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Governança. Turismo. Conselho Municipal de Turismo.

ABSTRACT

Governance has been widely discussed and revitalized within the public sector. Through it, governmental institutions seek to optimize their organizational structures, aiming for effectiveness, efficiency, and better management of public resources in the interest of the collective. Its purpose emerges as a crucial element to ensure that public policies in sectors such as tourism develop sustainably, minimizing negative impacts and maximizing social, economic, and environmental benefits at the local level. Tourism, in turn, has been a driving force behind the economic growth of various territories, while facing complex challenges related to the efficient management of natural resources, preservation of cultural heritage, and meeting the demands of tourists and the local community. In this regard, it is pertinent to state that the local governance instance at the municipal level has the duty to be aware of the main hurdles encountered in organizing and managing tourism activity in the municipality, acting as guarantors of common and collective interests. Thus, this study aims, through a case study, to identify the main challenges faced by tourism governance in the city of Maria da Fé, southern Minas Gerais, based on the perceptions of the Municipal Tourism Council - COMTUR. Secondly, the participation and community involvement in the construction of this local tourism governance arrangement were evaluated. Additionally, the results of the council members' perceptions were categorized according to the dimensions of governance and community-based tourism (CBT). The findings highlighted the lack of coordination among the involved stakeholders, conflicts of interest, and the absence of involvement from the local community in decisions related to tourism and local development. This underscores how the management and direction of the tourism sector in a given region can have a significant impact on its socioeconomic development.

Keywords: Governance. Tourism. Municipal Tourism Council.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1	Governança e desenvolvimento local	7
2.2	Governança pública no turismo e turismo de base comunitária (TBC)	10
3.	METODOLOGIA	13
4.	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	17
4.1	O turismo em Maria da Fé	17
4.2	COMTUR na figura e representante da comunidade.....	24
4.3	Organização turística e o COMTUR.....	30
4.4	Desenvolvimento local e turístico a partir da perspectiva do COMTUR.	32
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERENCIAS	38
	APÊNDICES	43

1. INTRODUÇÃO

A governança tem tomado relevância e se destacado dentro da administração pública nacional e internacional devido a sua configuração inspiradora aos desenhos das estruturas e processos em recentes reformas da própria administração pública. O debate conceitual sobre as definições, significados e propósitos da governança pública está presente em campos específicos como da ciência política, administração pública e economia (SECCHI, 2009). Simplificando, a governança com enfoque na ciência política e na administração pública é priorizada nas formas de interação, nas relações de poder, com foco nos processos de cooperação e os mecanismos para estimular as relações entre Estado, setor privado e sociedade. Enquanto pelo olhar do campo econômico, o foco se dá no quesito financeiro referente a prestação de contas e controladoria.

Em âmbito nacional, pode-se reforçar sua relevância segundo o Decreto normativo nº 9.203 de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da Administração Pública federal direta, autárquica e funcional. Nele, dentro desse contexto, a governança é constituída por um conjunto de instrumentos de liderança, planejamento e supervisão que têm como finalidade avaliar, orientar e monitorar a administração das políticas públicas e a oferta de serviços que são relevantes para a sociedade (BRASIL, 2017). Sua base está fundada em princípios como capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, *accountability* e transparência, fatores que traduzem um foco maior no combate à corrupção e certa agilidade na prestação dos serviços públicos.

Atrelado a isso, a importância do tema também se encontra presente na Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas) dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil (ODS), como os ODS 16 e 17, colocando metas sobre, por exemplo, parcerias multissetoriais; dados, monitoramento e prestação de contas; construção instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis (NAÇÕES UNIDAS, BRASIL, 2022). Tais metas se tornam também um meio de alcance para todos os outros objetivos dispostos para o País, com propósitos que focam principalmente na acessibilidade, transparência e democracia.

Ademais, para fins de relevância em nível local, tem-se que posteriormente à descentralização de poderes e responsabilidades advindas da Constituição de 1988, a governança foi perpassada e transposta da União para estados e municípios, enquanto definidores de políticas públicas próprias do interesse local, tendo relevância as de cunho

socioeconômico. Silva e Passador (2016) afirmam dentre as diversas possibilidades frutos dessas políticas descentralizadoras, destaca-se a promoção do turismo como responsabilidade compartilhada pela União, estados e municípios. Assim, criado em 1992 e oficialmente institucionalizado em 1994, o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), visava suprir, a partir da descentralização das políticas públicas de turismo, o desenvolvimento turístico em âmbito nacional, tendo como base o fortalecimento do planejamento turístico nos municípios (BRUSADIN, 2005). A partir deste ponto, o Estado brasileiro debruçou-se em atender essa necessidade de promoção do turismo, destacando o papel do Ministério do Turismo (MTur) por meio da Lei 11.771/2008, a lei da Política Nacional do Turismo, estabelecendo dentre todos os princípios, a regionalização do turismo com foco modelo de gestão descentralizada do turismo. Pautada na atuação da Unidade Federada junto a região e ao município, a proposta investia que tais entes criem suas próprias alternativas de desenvolvimento, transparecendo suas realidades e sabendo trabalhar suas especificidades.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2008), é exemplo de diretrizes políticas e operacionais destinadas a orientar esse processo de desenvolvimento, promovendo uma integração e cooperação intersetorial, visando a construção de um ambiente harmônico e participativo entre o poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. (Mtur, 2007). Resgatando a governança como basilar ao desenvolvimento, em Dallabrida (2011), temos que o desenvolvimento (local, regional, territorial) necessita dessas estruturas de governança para a gestão de demandas coletivas e para a mudança estrutural que o próprio desenvolvimento prega, como a dinamização da economia e a melhoria de vida da população, considerando primordial o reconhecimento a diversificação de atores locais e suas necessidades.

Considerando este cenário, neste estudo o olhar será voltado ao município de Maria da Fé, localizado na Serra da Mantiqueira, sul de Minas Gerais. Propõe-se a verificar em âmbito municipal, a organizado atual do arranjo local de governança acerca do turismo mariense, pois o município vem ganhando destaque e notoriedade em sua instância regional de Turismo, sendo considerada uma das principais indutoras da região no assunto de potencialidade turística.

Como objetivos específicos, o estudo também tem como foco verificar a governança do turismo mariense enquanto fator primordial ao desenvolvimento local e entender como administração pública e a instância de governança local, o Conselho Municipal de Turismo-COMTUR, se organizam frente aos princípios da governança para a gestão do turismo

mariense. Segundo dados da Prefeitura Municipal Mariense, o turismo é o atrativo do município, tanto por suas condições climáticas em que suas temperaturas mínimas chegam a ser negativas durante o inverno, quanto por seu pioneirismo na produção de azeite, já que é considerada a principal produtora de mudas de oliveira do país, tendo o título da primeira extração do azeite extra virgem no Brasil e que segue em busca do título de Capital Nacional do Azeite Extra Virgem.

Por fim, tal estudo também se justifica pela relação pessoal que tenho com a cidade, local onde parte de minha família nasceu, cresceu e ainda reside. Ali se encontram memórias afetivas e as principais motivações para querer acrescentar de alguma forma, enquanto pesquisadora e estudante, com os conhecimentos adquiridos no decorrer desses 4 anos e meio de graduação em Administração Pública. Durante o período da pandemia do COVID-19, ao regressar de Lavras para Maria da Fé, foi acesa essa chama pela reaproximação com o território e a observação quanto as demandas turísticas locais. Durante esse período as atividades de toda cadeia turística foram pausadas devido as medidas restritivas de acesso e locomoção, impactando de forma negativa e mais evidente os setores comerciais e hotelaria. Em especial, os vendedores ambulantes, categoria que incluía meu avô materno, foi muito afetada economicamente pelo cancelamento das principais festividades da cidade e pela movimentação turística, pois os maiores ganhos com essa atividade ocorriam justamente quando havia o maior público possível para comercializarem seus produtos. Assim, posso constatar que o setor turístico em Maria da Fé é tão importante pois é dele que se originam parte das possibilidades de ganhos econômicos e sociais no município, dito isso, por consequência, devemos sempre nos atentar e buscar compreendê-lo enquanto comunidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Governança e desenvolvimento local

A governança pública, aquela encontrada atualmente no setor público e nos ambientes da administração pública, não é um conceito de fácil definição e delimitação. É apresentado por Romero e Farinós (2011), como um termo polissêmico e ambíguo. Primeiramente, se observarmos os estudos sobre governança, enquanto provenientes da interdisciplinaridade, descobrimos que a governança pode ser interpretada também como um paradigma científico, epistemológico e multifacetado (EMMENDOERFER; MEDIOTTE; DOS SANTOS, 2022), em que as principais disciplinas que exploram o conceito de governança estão nas áreas: relações internacionais, teorias do desenvolvimento, a administração privada e a administração pública (SECCHI 2009) sendo analisada em campos específicos da ciência política, administração pública, economia. Apesar de parecer possuir sentido único e bastante singular, os estudos convergem em temas referentes às dimensões de esferas governamentais, modos de gestão, relações sociopolíticas e a modo como os atores da esfera administrativa se articulam (EMMENDOERFER; MEDIOTTE; DOS SANTOS, 2022).

No entanto, o conceito de governança atribuído atualmente, tem origem nos estudos e relatórios de agências multilaterais, como o Banco Mundial, no início da década de 1990. Dele sobressaia-se a forma com que os recursos econômicos e sociais de um país são gerenciados, visando a promoção o desenvolvimento. Salientando que o conceito era inicialmente empregados nas organizações privadas, visto seu viés corporativo, sua inserção no campo público pode ser notada dentro dos conjuntos de reformas da administração pública que surgiram como alternativas ao modelo organizacional burocrático weberiano que demonstrava certa ineficiência (SECCHI, 2009). A governança oriunda desse contexto é vista como um movimento, um paradigma relacional, porque diferente dos modelos organizacionais da administração pública gerencial (APG) e o governo empreendedor (GE) que prescreviam uma melhora da efetividade da gestão das organizações públicas, a governança pública propõe uma abordagem diferenciada e modernizada de conexão entre o sistema governamental e o ambiente que circunda o governo (SECCHI, 2009).

Tal governança pública também se orienta por um conjunto de práticas e de gestão auxiliares do processo de desenvolvimento socioeconômico, haja vista que a Constituição Federal de 1988 ao descentralizar a estrutura de poder, “afrouxou” a concentração de poder historicamente assentado na União (HENRICHES; MEZA, 2017), possibilitando que o desenvolvimento fosse pensado para além das amarras das matrizes estatais, inclusive pensado também no viés da sustentabilidade, com uma integração de longo prazo de metas sociais, ambientais e econômicas, necessitando além do progresso e inovação, o bem estar social (MEGUIS et al. 2015).

Consequente, revisitando o conceito de governança local, trazendo considerações sobre o agir do Estado em nível local, é possível compreender sua importância basilar ao desenvolvimento que, nesse cenário territorial, incorpora a prerrogativa da existência de protagonistas agindo de forma integrada, para traçar e executar um planejamento capaz de promovê-lo (DALLABRIDA, 2016). Assim, temos que a governança atrelada ao desenvolvimento, reforça os mecanismos participativos de deliberação na esfera pública, ou seja, pressupõe como primordial a existência de um modelo horizontal de relação entre os atores da esfera pública e privada no processo de elaboração de políticas públicas (SECCHI 2009). Desta maneira, observa-se que este processo deve ocorrer o quanto mais próximo da realidade em questão, ou seja, que devam incidir sobre problemas relevantes e concretos de uma comunidade em seu entorno ou lugar. Nessa perspectiva, o território tem papel destacado enquanto condição e fator de desenvolvimento, uma vez que ele é o cenário interativo dos acontecimentos, onde se produzem e acontecem os fenômenos naturais (MARTINS, 2002).

Segundo Dallabrida (2016), o desenvolvimento territorial denota um processo de melhorias das condições de vida da população proveniente de uma sociedade organizada territorialmente, utilizando-se dos ativos e recursos locais, assim, infere-se a governança territorial, que pode ser definida como: “(...) um processo que é protagonizado por uma sociedade situada histórica e geograficamente, mediante relações estabelecidas entre diferentes atores territoriais sociais, políticos e corporativos, na perspectiva de debater, pactuar decisões e deliberar temas de interesse coletivo” (DALLABRIDA, 2016, p. 52).

Compreende-se que há uma forte relação de dependência entre os termos, ou seja, sem participação nas decisões e o respectivo compartilhamento do poder ou sem a busca do desenvolvimento, não há como ter governança (CORRALO, 2017). O Conselho Municipal de

Turismo- COMTUR nesse sentido, é a instância de governança em nível local mais evidente, institucionalizada, pois sua própria criação pressupõe um desenvolvimento integrado de ações para ser de fato, um colegiado de entidades representativas, possibilitando a interação e participação entre e representantes da sociedade civil, organizações públicas e privadas. Destacando as dimensões de governança: cooperação coordenação e colaboração (TRETIN, EMMENDOERFER, MEDIOTTE, 2022).

Diante do exposto, o desenvolvimento também se pauta na constituição de uma governança enquanto rede de atores heterogêneos em diferentes níveis de governo e sociedade, cujo foco principal é a inter-relação entre esses atores por meio da troca de informações, objetivos e recursos visando a realização da ação coletiva (CALMON; COSTA, 2013), já que ao dispor necessariamente de estabelecimento de uma relação, uma conexão, a interação resultante deste processo culmina na realidade social compartilhada, que de acordo com Procopiuck (2013), as redes surgem como uma nova forma de governo que orienta as relações econômicas, sociais e políticas ligadas por conjuntos de novos atores em novos ambientes estruturados pelas tecnologias de informação e comunicação.

Assim, dentro do contexto relacional, interativo e comunitário, as redes nos auxiliam a entender as relações em movimentos de tensão e as dinâmicas entre as organizações (PROCOPIUCK, 2013), conseqüentemente evidencia como a gestão e a forma relacional dentro de uma localidade contribui para a construção de estratégias multiescalares e de governança multinível que contemplam diversas escalas espaciais, articuladas no território alvo do processo de desenvolvimento. Considerando a participação social e a democratização, a conceituação de multinível remete a interação horizontal de atores fora dos holofotes do Estado, tendo assim, o acréscimo de níveis de governo, uma dimensão verticalizada de interação respaldada na dinâmica de descentralização e centralização de responsabilidades e poderes (BICHIR, 2018). As redes de desenvolvimento comunitário por sua vez, são formadas a partir da construção de sua rede social, que se diferencia das demais (redes de mercado, por exemplo) por ser um projeto de construção coletiva, pautado na interdependência e por ações implantadas conjuntamente, sendo primordiais para que se tracem as estratégias de indução e apoio ao desenvolvimento local (KRONEMBERGER, 2019).

2.2 Governança pública no turismo e turismo de base comunitária (TBC)

O planejamento do turismo e as políticas públicas que interferem e objetivam o desenvolvimento do turismo nos territórios vem ganhando visibilidade no campo da literatura do turismo pelo tratamento da governança pública enquanto objeto de investigação em construção (EMMENDOERFER; MEDIOTTE; SANTOS, 2022). Tal olhar preza a concepção epistemológica de que a governança no turismo se constitui pela capacidade de expressão da sociedade na esfera da participação social e deliberativa, organizados em redes de coordenação, cooperação e colaboração. Verifica-se ainda, em Fayos-Sola, Da Silva e Jafari (2012) que a governança é atividade transversal complexa no turismo pois o sucesso turístico no mercado depende do envolvimento de toda comunidade ou território, ou seja, depende de uma grande parte do tecido institucional dos destinos turísticos, diferente de outros setores socioeconômicos.

Desta forma, deve existir uma atuação direta e não apenas participativa dos atores que transitam e operam dentro das instâncias de governança. Sua importância se dá na medida em que desempenham papéis tão responsivos na coprodução destas políticas, desempenhando papéis também quanto à fiscalização, por meio das inter-relações horizontais e que sejam de interesse sócio coletivo, ou seja, em função dos interesses da sociedade e não apenas do coletivismo turístico endógeno (EMMENDOERFER; MEDIOTTE; SANTOS, 2022).

Nesse sentido, há um direcionamento entre os primeiros registros de trabalho que concebem o termo Governança no Turismo que abarcam a ideia de que poder, competências e recursos para gerir o turismo, foram distribuídos entre atores públicos, privados e não governamentais, e que governança boa e eficaz é mais provável quando todos os atores trabalham juntos (SANTOS; PEREIRA, 2018). Tal colocação induz a pensar nas políticas de desenvolvimento do turismo de forma mais ampla, que em sua forma sustentável o foco esteja na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania, efetivando a qualidade de vida para a comunidade local- receptora (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO 2008).

Destarte, o Turismo de Base Comunitária (TBC) vem sendo explorado como uma forma de gestão alternativa de turismo que visa uma experiência autêntica à comunidade e aos visitantes. A singularidade deste novo eixo do turismo focado no desenvolvimento endógeno, coloca a comunidade local como protagonista de toda a dinâmica de troca de saberes, cuja fonte

é o comércio justo e valorizador das características culturais, tradicionais e patrimoniais (MEGUIS et al. 2015). É conhecido também como turismo alternativo pois se contrapõe ao turismo massificado- aquele perceptível nos grandes centros e que explora mais a segmentação do turismo de negócios e eventos, focados na produção competitividade e lucro. Ele exige menos dos quesitos de infraestrutura e serviços, já que seu objetivo é justamente o mergulho nos ambientes naturais próprios, estabelecendo uma vinculação situada, ou seja, prioriza os contextos e os valores culturais situados. (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO 2008); (MORAES et al., 2020).

Ao ser mapeador de territórios, o TBC desempenha também uma função essencial de criar territorialidades, já que consegue dar visibilidade a espaços que se situam fora dos núcleos mais evidentes e conhecidos como “ricos” no setor turístico. Esses espaços que são deixados de lado no turismo globalizado passam a ser a alma do turismo de base comunitária, fundado em uma rede solidária e plural, traduzindo o que é culturalmente vivido, um espaço para descobertas da própria comunidade e daquilo que é diverso, explorando suas dinâmicas locais (CORIOLANO, 2009).

Experiências do TBC vem evidenciando que seu desenvolvimento além de valorizar o patrimônio cultural e natural, pressupõe também sua conservação como fator substancial para consolidar as práticas sustentáveis de desenvolvimento. Torna-se mais explícito o desafio de buscar caminhos sustentáveis a partir de ações integradas entre poder público, iniciativa privada e comunidade local, esta última ainda mais importante, visto que no TBC, a forma de organização e gestão são pautados nos interesses das populações locais, reconhecendo a comunidade como protagonista e beneficiária dos impactos da atividade turística local (BOULHOSA, 2020). O empoderamento da própria comunidade para conduzir o TBC considerando os aspectos sociais, econômicos e ambientais, já é trabalhado em iniciativas não-governamentais em comunidades tradicionais. Um exemplo é a Vivência Ribeirinha, um projeto de TBC conduzido pelo Instituto Laurinda Amazônia cuja finalidade é divulgar e cooperar com iniciativas que visem a melhoria das condições de vida das comunidades por meio da valorização da cultura e tradições (BUDEL; SEVERINI; REJOWSKI, 2023)

Graciano e Holanda (2020) resumem que os construtos dos fundamentos teóricos do TBC concebidos até 2018, seriam: I) Convivencialidade; Experiência; II) Valorização da Identidade Cultural; III) Autogestão; Equidade; Distribuição de Renda; IV) Protagonismo dos

Atores Comunitários; V) Desenvolvimento Sustentável Local. Tais aspectos são a essência da discussão sobre o TBC como um fenômeno sistêmico e servem de balizadores sobre a discussão em torno da existência ou não do TBC em determinada localidade. Duarte (2007), a respeito dos fatores que afetam a participação da comunidade no desenvolvimento do turismo em Maria da Fé- MG, destacou os seguintes construtos como empecilhos na problemática em questão: I) cultura e identidade local, ligada à construção histórica, à geografia e à economia; II) visão de turismo; III) visão do papel do Estado; IV) processo de participação e atuação de agentes internos e “externos” à comunidade.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa possui uma abordagem de natureza qualitativa, tendo como ponto de partida uma realidade a se descobrir, construir e interpretar. Isso contribui para que as informações encontradas nos documentos fossem analisadas em justificativa do caráter exploratório, que segundo Silveira e Córdova (2009), tem o objetivo de dar ênfase ao problema foco, construir hipóteses por meio de entrevistas, levantamento bibliográfico e análises, a fim de estimular a compreensão do tema em questão, dado também ao caráter descritivo, essa perspectiva permite narrar de maneira mais profunda os fatos e fenômenos problematizados. Desta forma, cabe-se que o presente estudo se caracteriza como um estudo de caso, uma vez que iremos conforme aponta Yin (2015).

A força exclusiva do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências, devido as inúmeras variáveis de interesse, como documentos, arte- fatos, entrevistas e observações, dando destaque ao fenômeno particular que se situa para além de estudo histórico convencional (Yin, 2015, p.13).

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito da temática de governança e turismo no âmbito da administração pública, por meio de artigos científicos, capítulos de livros e documentos oficiais governamentais de livre acesso. Após esse processo de mergulho, foi constatado que a melhor forma de averiguar os pontos e objetivos deste trabalho, era através da realização de uma conexão com uma das instâncias de governança local do turismo mariense, o COMTUR – Conselho Municipal de Turismo, órgão subordinado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo que atua com funções deliberativas, consultivas, normativas e fiscalizadoras. Assim, optou-se por aproximar-se da realidade local através de entrevistas com os conselheiros municipais, tentando garantir uma melhor captação do que é percebido, colhido e sobre o que está na perspectiva turística do município.

Assim, a pesquisa bibliográfica também serviu como norteadora para definir quais pontos seriam abordados dentro das entrevistas semiestruturadas, bem como para os procedimentos de sistematização dos resultados obtidos e fundamentação das análises realizadas. Para as entrevistas semiestruturadas foi elaborado um roteiro contendo 7 perguntas, (Apêndice A), sendo dispostas conforme a lógica de ambientação com o tema, situações vivenciadas na prática e perspectivas pessoais sobre o assunto.

Em seguida, entrou-se em contato com os 12 conselheiros municipais de turismo via telefone, uma vez que não foi encontrado outra forma pública de acesso como e-mail, site ou redes sociais. Destes 12, apenas 7 demonstraram interesse e se voluntariaram para participação na pesquisa, porém apenas 6 conseguiram de fato participar da pesquisa. Sendo este dado um indicio positivo quando observado o engajamento e a participação voluntária. Dentro da análise dos resultados, os conselheiros entrevistados foram enumerados de 1 a 6 (E1, E2, E3, E4, E5, E6), conforme consta no Apêndice B, para melhor organização e sistematização de respostas, buscando manter seu anonimato e garantindo uma visão ampla dos resultados sem pré-conceitos estabelecidos. No quadro 1 ilustra-se a composição do conselho e quais membros contribuíram para a pesquisa.

Quadro 1 – Composição do COMTUR

Composição atual do COMTUR mariense de acordo com o Decreto Nº 4.453, de 17 de maio de 2023	
12 conselheiros: 6 titulares e 6 suplentes	
Legenda	
Participaram da pesquisa	SIM
	NÃO
I- Representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Representantes do poder público)	
1- Titular (E3)	
1- Suplente (E6)	
II- Representante da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas (Representantes do poder público)	
1-Titular	
1-Suplente	
III- Representantes da Secretaria Municipal de Educação (Representantes do poder público)	
1 –Titular (E4)	
1-Suplente	
IV- Representantes das Associações e Cooperativas (Representantes da comunidade)	
1-Titular (E1)	
1-Suplente	
V-Representantes dos Hotéis, Pousadas, Restaurantes e Similares (Representantes da comunidade)	
1-Titular	
1-Suplente	

VI- Representantes dos Equipamentos Turísticos (Representantes da comunidade)
1-Titular (E5)
1-Suplente (E2)

Fonte: Elaboração própria. Baseado no Decreto municipal Nº 4.453, de 17 de maio de 2023

As entrevistas ocorreram de forma remota, via plataformas digitais como o (Google Meet e WhatsApp), tendo cada uma delas uma duração média de 25 minutos. O roteiro elaborado foi seguido e complementado conforme necessário, uma vez que o método de entrevista escolhido é um método mais dinâmico e que permite maiores conexões para que o diálogo flua bem e sejam abordados todos os pontos do roteiro. As entrevistas tiveram seus áudios gravados e foram transcritas manualmente, resultando em 32 páginas de conteúdo que estão apresentadas no final do trabalho (Apêndice B).

Posteriormente, na intenção de reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão de seus significados, realizou-se uma análise de conteúdo dos dados coletados, um procedimento clássico para analisar materiais de texto de qualquer origem, de produtos da mídia a dados de entrevistas (FLICK, 2012). Pois ela permitiria maior descrição das características substanciais formais da mensagem captada e interpretada pelo investigador. Deste modo, foi realizada a sistematização dos dados através de um levantamento, tendo o intuito de ser o instrumento basilar para as reflexões propostas.

2- Quadro com os principais achados teóricos e construtos

Dimensões da Governança no turismo	Conceitos	Autores
Participação comunitária	Comunidade como coprodutora do desenvolvimento turístico.	Emmendoerfer; Mediotte; Dos Santos, (2022)
Cooperação	Articulação e relacionamento entre atores que configuram dimensões espaciais e organizacionais do turismo. Destaca-se: Autonomia das autoridades e Interdependência; Interação entre os atores; Realização e compartilhamento de ações conjuntas; Desenvolvimento de alianças, confiança e coordenação de conflitos oriundos de interesses individuais.	Tretin, Emmendoerfer, Mediotte, (2022); Emmendoerfer; Mediotte; Dos Santos, (2022)

Comunicação e transparência	A participação da comunidade como resultado de transparência, publicidade e cultura.	Duarte (2007)
Desenvolvimento local	Local como espaço construído pela sociedade organizada que origina configurações territoriais diversas.	Kronemberger, (2019); Dallabrida, (2016); Santos e Pereira (2018)
Dimensões do TBC	Conceitos	Autores
Protagonismo dos Atores Comunitários; Autogestão;	Empoderamento comunitário papel ativo da comunidade no desenvolvimento e gestão turística no local	Graciano e Holanda (2020)
Valorização da Cultura e Identidade local;	Proteção e promoção da cultura e tradições, foco no uso sustentável dos recursos naturais e culturais locais.	Bursztyn, Bartholo E Delamaro (2008); Moraes et al., (2020)
Desenvolvimento local	Fortalecimento do sentido de pertencimento, pela afirmação e compromisso com a identidade local relacionando-se aos recursos endógenos na melhoria das condições de vida local.	Coriolano (2009); Moraes et al., (2020); Meguis et. Al (2015);

Fonte: Elaboração própria

A partir do quadro 2, pode-se inferir que existem 3 categorias-chave para a análise dos resultados considerando as dimensões e construtos teóricos do quadro acima, sendo elas: 1- COMTUR na figura de representante da comunidade, 2 - Organização turística e o COMTUR, 3 - Desenvolvimento local e turístico a partir da perspectiva do COMTUR. Desta forma, é possível verificar a partir da percepção horizontalidade presente na governança citada anteriormente, focando na identificação da interação e participação da comunidade local na cooperação/colaboração do desenvolvimento turístico municipal, seus significados atribuídos e a assimilação com a temáticas explorada.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 O turismo em Maria da Fé

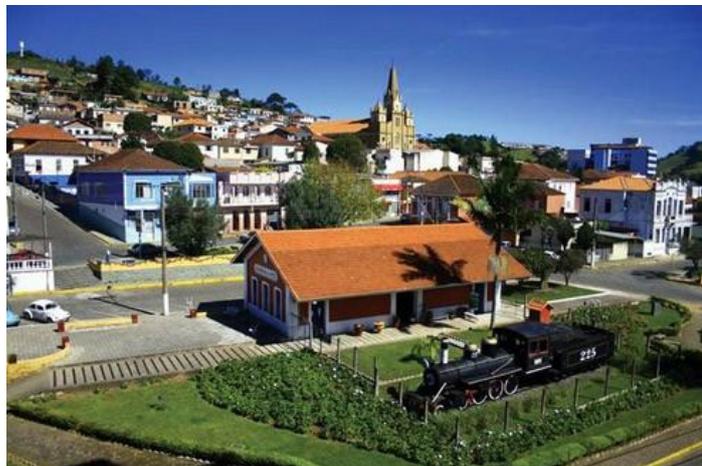
Maria da Fé está situada numa área estratégica de entrecruzamento de estradas e rotas no interior. Sua história começa no final do século XIX, quando ainda se chamava Campos de Maria da Fé, com a Estrada de Ferro do Sapucaý sendo construída com o objetivo de dinamizar o interior brasileiro entre MG e RJ, permitindo a circulação de mercadorias e pessoas. Isso impulsionou, escolas, edifícios religiosos e estabelecimentos comerciais a surgirem no território. O município se emancipou politicamente em 1912, recebendo o nome de Maria da Fé em 1923.

Figura 1- Maria fumaça.



Fonte: Prefeitura de Maria da Fé

Figura 2- Maria Fumaça nos dias atuais.



Fonte: Prefeitura de Maria da Fé.

A prosperidade da região foi impulsionada pelas lavouras de batata, que se tornaram a principal atividade socioeconômica do município. Nas décadas de 1970 e 1980, Maria da Fé tornou-se a maior produtora de batatas no Brasil, alcançando 46 mil toneladas anuais. No entanto, nos anos 1990, a cultura da batata enfrentou uma grave crise devido a várias razões, e a cultura perdeu seu espaço no território (IBGE, 2023). Hoje as principais atividades econômicas do território estão centradas na administração pública, serviços e agropecuária. Sua localização privilegiada de mais de 1.200 metros de altitude, faz com que em épocas de inverno, a cidade fique abrandada por temperaturas extremamente baixas para a região, sendo conhecida nacionalmente por ser a cidade mais fria do estado de Minas Gerais.

Figura 3. Geada na zona rural de Maria da Fé.



Fonte: Turismo, Maria da Fé, 2023

A cidade dispõe também de uma notoriedade no que se refere ao artesanato e design, sendo um importante agente social e econômico na sociedade local. Sendo conhecida internacionalmente por suas obras, eles carregam metodologias próprias e utilizam de matérias primas diferenciadas. Os principais artistas marienses são: Cooperativa Mariense de Artesanato- Gente de Fibra, Leonardo Bueno Arte e Design, João Paulo Raimundo Arte e Design, Domingos Tótor Estúdio de Artes e Design, Monica Ribeiro Arte Têxtil. Cada um com sua particularidade, eles carregam identidade e a versatilidade do artesanato local (TURISMO MARIA DA FÉ, 2023).

Figura 4- Obras dos principais artistas do município.



Fonte: Adaptado de Turismo Maria da Fé, 2023

A cidade conta também com o espaço Villarte, uma infraestrutura que recebe associações, cooperativas, pessoas físicas ou jurídicas que realizam atividade artesanal. Os quiosques do Centro de Comercialização de Produtos Artesanais de Maria da Fé, de caráter governamental e amparados pelo Conselho Municipal de Turismo - COMTUR e Conselho municipal de Patrimônio e Cultura - COMPAC, funcionam como incentivadores da produção cultural do município e por finalidade, é tido como um atrativo para os turistas que chegam ao município.

Figura 5- Espaço Villarte



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Além disso, cidade possui outro título que atrai diversos olhares. Considerado a protagonista nacional de cultura e manejo de Oliveiras, o município foi o primeiro do Brasil a produzir o azeite extravirgem pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) em 2008. Desde então a cidade trabalha turisticamente para que seja reconhecida como a “cidade das Oliveiras” e também para que tenha o título de Capital Nacional do Azeite Extravirgem. As Oliveiras plantadas no centro da cidade, em praça pública, são destaque por sua beleza e por ilustrarem a história e o Oliviturismo, as mais antigas já são septuagenárias.

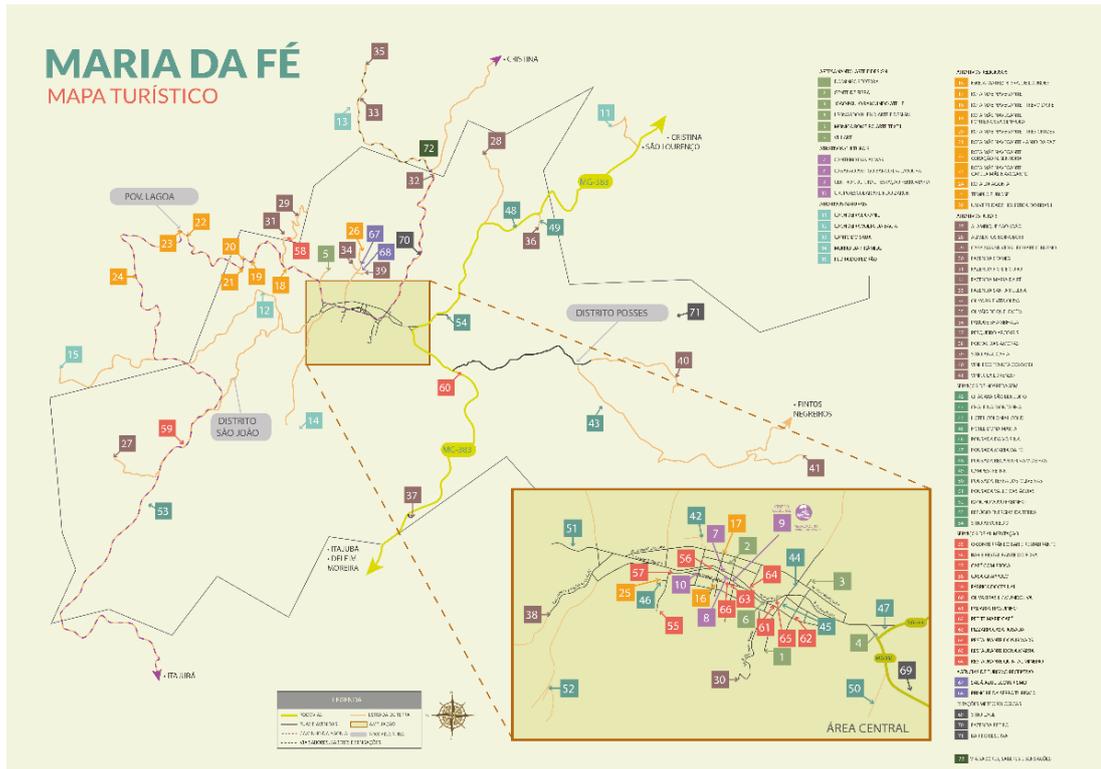
Figura 6- Oliveiras da praça pública



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

No Mapa Turístico do município pode-se observar que o turismo no município vai ainda mais além e conta com 72 atores, organizações e localidades mapeadas e segmentadas das seguintes formas: Artesanato, arte e design; Atrativos Culturais; Atrativos Naturais; Atrativos Religiosos; Atrativos Rurais; Serviços De Hospedagem; Serviços de Alimentação; Agências de Turismo e Receptivos e; Estações Meteorológicas.

Figura 7- Mapa Turístico Mariense



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Ademais, a respeito da administração pública municipal e o turismo, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo foi criada em 1997, tendo como atribuição principal a:

“I. Elaborar e propor a política municipal de desenvolvimento do turismo e de promoção da cultura no município, executar e coordenar as ações programadas;

II. Firmar convênios e parcerias públicas e privadas para desenvolvimento do turismo no Município como estratégia propulsora de seu crescimento econômico e social;

III. Promover integração da comunidade local com a atividade turística e com os turistas de modo a tornar cotidiano o relacionamento cordial e prática da receptividade mineira [...]”.

Fonte: Plano Municipal de Turismo 2022-2025.

Assim, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo é o principal órgão da cidade que ativamente trabalha a gestão do turismo na cidade mariense. Institucionalmente foram encontrados os seguintes principais documentos a respeito turismo municipal e ao conselho Municipal de Turismo.

Quadro 1 – Leis e documentos existentes acerca da cultura e turismo municipal.

Documentos	Status
Lei Nº. 1.373/ 2009 - Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	Atuando plenamente
Lei Nº. 1.374/ 2009 - Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR)	Implantada
Lei Nº 1.411/2010- Política Municipal do Turismo	Implantada
Plano Municipal de Turismo 2022/2025 – (PMT)	Atuando plenamente
Regimento Interno do COMTUR	Existente
Inventário da Oferta Turística	Existente
Calendário de Eventos	Existente

Fonte: Elaboração própria.

Desde 1997, já existia o Conselho Municipal de Turismo na cidade (Duarte, 2007). Porém, segundo a Lei Municipal Nº. 1.373/ 2009, o COMTUR Mariense conta com a seguinte estrutura:

- Paritário, constituído por 6 membros titulares e seus respectivos suplentes. Sendo 3 representantes do Poder Público e 3 representantes da comunidade.
- Os representantes do poder público, indicados pelo Prefeito, devem integrar as Secretarias municipais de Cultura e Turismo, Obras e Vias Públicas e Educação.
- Os representantes da comunidade, eleitos de forma livre e democráticas, devem pertencer aos grupos de associações e cooperativas; hotéis, pousadas, restaurantes e similares; equipamentos turísticos.
- O mandato dos conselheiros será de 2 anos.

O COMTUR mariense é um órgão subordinado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com funções deliberativas, consultivas, normativas e fiscalizadoras. O COMTUR além de possuir como competência o trabalho de forma integrada com o turismo regional e a divulgação de relatórios de suas atividades, possui as atribuições de:

- **Elaboração:** Regimento interno, Programa Municipal de Desenvolvimento do Turismo, calendário turístico municipal; atividades de expressão cultural e turística.
- **Proposição:** Medidas que visem a qualidade e a eficiência da infraestrutura dos atrativos turísticos no município; campanhas e projetos educacionais que despertem a população para a defesa e preservação do patrimônio ambiental e cultural do município; formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo;
- **Contribuição:** aperfeiçoamento da legislação referente ao turismo; realização de encontros de estudo, seminários e congressos que estimulem a prática do turismo sustentável.

A periodicidade dos encontros do atual COMTUR é de 6 reuniões por ano, e quando necessário se houver a solicitação de pelo menos 1/3 dos membros titulares. O COMTUR também é o órgão fiscalizador de todos os gastos e movimentações que ocorrem no Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) sendo assim, o conselho precisa estar ciente e de certa forma, aprovar qualquer mudança que ocorra relacionado ao fundo.

4.2 COMTUR na figura de representante da comunidade

Primordialmente, ao serem questionados sobre a concepção do papel do conselheiro de turismo e sobre a função do COMTUR, todos os conselheiros entrevistados responderam que compreendem a importância do conselho e que o COMTUR é um órgão muito atuante, embora tenha suas limitações. Dentre as atribuições que mais soam importantes para eles estão definição de estratégias das ações das atividades turísticas, metas, planos para conscientização da população sobre a importância do turismo no município, a fiscalização de todas as políticas turísticas e proposição de ideias enquanto impulsionador do turismo, como um respaldo da cadeia turística. Tais atribuições estão bem alinhadas com o Plano Municipal de Turismo (2022-2025) já citado anteriormente. Nesse sentido, traduz-se que os conselheiros, enquanto atores representantes, são responsáveis pela colaboração e ação coletiva na promoção da interatividade

e decisões conjuntas dentro COMTUR enquanto instância de governança local (TRETIN; EMMENDOERFER; MEDIOTTE, 2022),

O conselho por ser bem atuante, a gente consegue ter uma visão geral do que está acontecendo, do que eles estão vendo do trabalho que a gente (*secretaria de turismo*) tem desenvolvido (...). Geralmente nas reuniões vão titulares e suplentes. Na primeira reunião do ano inclusive faltou uma pessoa só, apenas um conselheiro (...). Tem representantes da secretaria de Educação da secretaria de Obras. A Cultura e Turismo não fazem tudo sozinhas, tudo depende das outras secretarias pra gente ter uma visão (E1).

É possível ressaltar também a intersetorialidade quando o conselheiro reconhece que a secretaria de cultura e turismo não constroem nada sozinhas, no sentido de reconhecer que a governança neste caso, é percebida por meio de uma rede de atores que se articulam (DALLABRIDA, 2011). Como citado anteriormente, a composição do COMTUR, conforme o Decreto Municipal Nº 4.453, traz uma visão estratégica que parece resultar em bons frutos para que as ações almejadas pelo conselho consigam ser ouvidas de maneira ágil e de forma assertiva pelas secretarias as quais demandam algum tipo de apoio, já que se encontram presentes as secretarias mais acionadas pelo COMTUR:

No finalzinho do ano em uma das pautas a gente trabalhou a necessidade de estar fazendo planos de conscientização de coleta de lixo e de orientação para a população, e uma das conselheiras da secretaria de educação, trouxe pra gente que a secretaria de educação já estava trabalhando a sustentabilidade pro desfile do 1º de junho (*aniversário da cidade*). Essa interligação que é bacana porque entre os secretários acaba que passa essas informações, a gente não sabe como que cada secretaria está trabalhando no momento, então tendo um representante na secretaria no conselho a gente consegue fazer essa junção (E6).

A presença de um representante da Secretaria de Obras também auxiliou nas execuções das demandas do COMTUR de maneira mais fácil, pois sua presença nas reuniões possibilitou que ele ouvisse o que seria proposto e colocava em prática, antes mesmo do repasse do conselho para a secretaria e a oficialização da demanda via ofício ou “aquela toda burocracia” como relata E6. Essa composição de participação do conselho, portanto, faz com que as lideranças participativas e representativas das atividades que integram a cadeia produtiva do turismo tragam o caráter multidisciplinar do turismo para dentro do conselho, como o seguimento de hotelaria, de restaurante, olivicultores, agências, e isso requer um esforço maior para trabalho em conjunto visando a construção de políticas mais eficientes. Essa estrutura diversa de cada segmento, e de certa forma, mais completa, faz com que o COMTUR demonstre maior esforço em uma das suas funções de promoção e divulgação do turismo municipal (MTUR, 2018).

Também há divergências quanto a percepção dos conselheiros sobre a natureza do COMTUR. Conforme a Lei Municipal Nº 1.373/2009, o COMTUR é sim um órgão subordinado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e possui funções deliberativas (em última instância), consultivas, normativas e fiscalizadoras. Dentre suas competências, destaca-se a elaboração do Programa Municipal de Desenvolvimento do Turismo, e que conforme a Política Municipal de Turismo, o COMTUR é o órgão responsável pela elaboração do Plano Municipal de Turismo PMT:

O conselho é fundamental, nosso conselho é fiscalizador e consultivo. Ele **não é deliberativo**. Então ele age como um **apoio** de fiscalização das ações da secretaria mesmo. A gente tem que entender ele como uma dinâmica de que ele está consentindo o que a *secretaria* está fazendo, não autorizando. É diferente. Ele também age na proposição de ação (...) O conselho com a importância do desenvolvimento turístico aqui é basicamente isso, ele age como fiscalizador e proponente de ideias né. Eles **participaram** também da construção do plano municipal de turismo (E3).

E3 enquanto conselheiro governamental reconhece o COMTUR como apoiador das ações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, reforça que o conselho é atuante, porém apenas consentidor das informações, pouco propõe ações. Inclusive ressalta que uma dessas participações se dá na aprovação dos gastos do FUMTUR. As aplicações de recursos do fundo precisam necessariamente passar pela supervisão do conselho, conforme a Lei Municipal Nº 1.374/2009 que regulamenta o fundo municipal de turismo. Entretanto, E5, conselheiro da sociedade civil, considera a natureza de um ponto de vista diferente:

(...) O nosso conselho ele é consultivo, **deliberativo** e fiscalizatório. Hábitos da governança, vamos dizer assim da gestão pública, eles estão plenamente sendo fiscalizados. (...) A gente fiscaliza os eventos, a gente trabalha, eu vou na presença do prefeito e converso, ele tem uma abertura muito grande com a gente. Sempre falo para ele assim que o conselho municipal de turismo ele é apolítico, ele pertence a **sociedade civil**, então eu tenho que falar com o senhor com os olhos de sociedade civil né. (...) O papel hoje da Secretaria de Cultura e Turismo, da gestão e do COMTUR, é consultar é **deliberar** o que acha que há interesse (E5).

Apesar das divergências, é notório que a função de fiscalizar está de fato acontecendo como todos os conselheiros entrevistados relataram. Isso é importante porque apesar de ser apenas uma das variadas funções e compromissos do COMTUR, demonstra que o órgão está para além do papel, ou seja, não está existindo apenas como instrumento burocrático para o recebimento de recursos federais (DUARTE, 2007).

Se a gestão utilizar o dinheiro e não comunicar ao conselho, eu vou lá e falo pro prefeito secretário, quem for: Olha vocês utilizaram uma verba sem autorização, nós somos deliberativos. A gente não é só consultivo, você tem que pedir autorização a gente (E5).

A preocupação com recursos se expande ao FUMTUR, já que segundo Secretaria de Estado de Cultura e Turismo a Minas Gerais (2023), Minas é o único estado brasileiro que repassa recursos do ICMS como forma de incentivo e fortalecimento da política municipal de turismo e o desenvolvimento da gestão turística. O ICMS turístico foi diretamente citado mais de 10 vezes nas falas dos conselheiros pois, no momento em que se realizava-se essa pesquisa, ocorria a divulgação dos municípios mineiros habilitados pelo Exercício de 2022, do ano referência 2021, e com repasse em 2023, e Maria da Fé conseguiu ser umas cidades habilitadas em primeira instancia, ou seja, o estado entende que município cumpriu com todas as normativas legais de funcionamento e atuação que são requisitos para o recebimento do recurso. Este é um ponto comemorado pelos conselheiros e que se orgulharam de terem conseguido conquistar, conforme os relatos, as duas últimas gestões do COMTUR não foram tão incisivas nesta parte de regulamentação e captação de recursos. Conforme (E6) eles recebiam recursos, mas eram “irrisórios” por não obedecerem a algumas “modalidades” e que agora nessa gestão, tudo teria voltado ao eixo, Maria da Fé conseguiu se estabelecer dentro dos tramites legais para repasse, sendo regular no ICMS turístico.

Enquanto questionados sobre a transparência não só da utilização dos recursos perante a sociedade, mas também das decisões e panoramas desejados, alcançados dentro e para o turismo, foi quase unanime da parte dos conselheiros que a sociedade desconhece os recursos que são utilizados, o que é pensado ou decidido. A secretaria consegue transparecer as ações para a população, a através dos canais de acesso: Site institucional turístico, Instagram, facebook. Redes sociais de modo geral são os principais meios pelos quais os conselheiros percebem que a população tem mais acesso e de que de certa forma, basta buscar para se obter a informação para além da promoção turística que é o foco da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

A questão abordada sobre o assunto complementava possíveis lembranças dos conselheiros de alguma forma de atuação da comunidade que levaram melhorias ao turismo do município:

Nem muita gente participa, né? Não é muita gente que participa dessas coisas, né? Infelizmente. Mas tem gente que, na verdade, nem gosta muito dessa parte do turismo, não. Você sabe, né? Os próprios moradores não gostam, não. Porque chega muita gente. Eles não entendem que os turistas vão para movimentar a cidade, gerar emprego, né? E tudo Isso (E1).

Dos 6 conselheiros entrevistados, 4 responderam que não se recordavam de nenhuma ação memorável ou mesmo simplória que tenha vindo da comunidade. Nos relatos, a comunidade em si se envolve muito pouco, ou quase nada. Não se recordavam se houve alguma ação no presente ou passado próximo em que a sociedade participou e que gerou alguma mudança. Entretanto, ressaltaram que havia a participação da sociedade enquanto representantes do setor turístico, como o Villarte que é um principal levantador de demandas, as Fazendas também por demandas de infraestrutura, ou seja, ações pontuais e individuais dentro do setor privado, ações turísticas essas propostas por eles que são vistas como ações que priorizam somente a questão da comercialização no turismo. Para conseguirem um respaldo maior da participação desse setor turístico, existe um grupo de WhatsApp. Nele surgem demandas principalmente por melhorias de infraestrutura, exemplo: iluminar a torre do Pico da Bandeira, trocar o relógio do termômetro da praça, são ações pequenas que o COMTUR consegue atender.

Essa pequena parte através do grupo, vem manifestando alguma melhoria. E as vezes acontecem algumas reuniões que você convida as pessoas a comparecer e as vezes não aparece e aí depois sim, uma certa solicitação ali porque a conversa vai e anda, mas através do grupo eu, particularmente, presencio mais. No grupo estão os setores hoteleiros, produtores de azeite, associação dos produtores de azeitona, comércios diversos, agências de turismo, então é um grupo bem completo. Os interessados estão nesse grupo (E2).

O COMTUR nesse sentido foi citado como ator e propositor de ações junto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico. Outro conselheiro pontuou que o envolvimento da comunidade se dá por meio daquilo que é ofertado, não o envolvimento em si como construtores de alguma ação ou plano. Já houve algumas participações da população em algumas reuniões do COMTUR e existe essa percepção de cobranças enquanto próprio conselho como ações de envolvimento da comunidade:

Porque a sociedade ela tem que entender que a voz dela é ouvida, mas não na rua. Eu ouço as pessoas falando, porém eu puxo para reunião. Eu falo o *trouxe fulano de tal, queria apresentar, vocês já conhecem ele trouxe uma demanda para nossa reunião e vamos discutir essa demanda*, aí a pessoa expõe a demanda e a gente discute, passa para secretaria competente passa para gestão né que está acontecendo, está acontecendo (E5).

Outra fala marcante foi que os próprios empresários do *trade* turístico são apontados como “acomodados” ao esperam muitas vezes que a prefeitura resolva o problema ou que a prefeitura seja o Jesus Cristo que vai salvar tudo (E3). Na verdade, isso estaria longe de acontecer e de ser assim, hoje a realidade retratada é de que não há participação social. Segundo

Emmendoerfer; Mediotte e Dos Santos, (2022), participar difere de atuar, e é preciso um cuidado para que a governança turística seja de fato um processo de coprodução de atores que tramitam o desenvolvimento turístico, por meio de inter-relações horizontais, pois as responsabilidades e fiscalização das políticas públicas do turismo devem ser de interesse sócio coletivo e não apenas do coletivismo turístico endógeno, que é o que parece ocorrer no meio mariense hoje. A comunidade mariense ainda não enxerga Maria da Fé como uma cidade turística. Se você parar um senhorzinho que fica sentado na praça por exemplo e pedir uma informação turística, ele vai falar que não sabe. (E6)

Esse sintoma está atrelado a algo que os próprios conselheiros já começaram a perceber, para participar as pessoas precisam sentir-se capazes pela valorização do que se é, ou no caso da identidade local, do que “nós” somos, diferentes dos “outros”. Isso traria maior autoestima e autoconfiança para buscar o desenvolvimento (DUARTE, 2007).

A comunidade ela tem que ter, ela tem que ser guiada. Ela tem que acreditar que aquilo é benéfico pra ela. A gente faz isso, criando as próprias associações né, através das associações de bairro, de outros setores que né que tem a representatividade de cada nicho, cada local, de cada empreendimento ou de cada setor de Maria da Fé (E2).

No cenário atual, desse modo, é possível verificar que a comunidade mariense sofre com a falta de conexão dos objetivos turísticos que são postos pela secretaria e pelo COMTUR. É uma comunidade longe de ser protagonista do planejamento turístico municipal pelas lentes dos mecanismos já institucionalizados. Se caracterizando exatamente ao oposto do que prega o TBC, uma proposta de emancipação comunitária, no qual a atividade será autogerida, sendo dela a responsabilidade pelas decisões sobre o fenômeno (Graciano e Holanda, 2020). Para a resolução deste problema, os meios estariam muito além do que o COMTUR sozinho poderia realizar, é uma tarefa que ultrapassa simplesmente a informação, é algo cultural, complexo e difícil de se modificar tão rapidamente.

Ouço muito quando eu tô na rua: *ah o COMTUR está fraco, não sei porque tá fraco, eu falei “não ele não tá fraco, não, ele tá forte! Você que não sabe. Ah mas como é vou saber? Ah vai lá, participa! Se envolve! É um provincianismo cultural né. Mas você quando convida, ela fala assim “ah, mas não muda nada”, vai lá e vê que você vai ver que mudou muita coisa* (E5).

Um pouco do movimento feito para tentar reverter essa situação é o ensinamento por meio da educação básica, tendo como objetivo o entendimento das crianças acerca dos processos do turismo, para que desde mais novas elas consigam acompanhar todo espaço que

o turismo está gerando. Tudo perpassa pela mobilização e pela compreensão da comunidade de que Maria da Fé é uma cidade turística. O COMTUR nesse sentido, não conseguiria agir de forma isolada para reparar esse fato.

4.3 Organização turística e o COMTUR

Em nível organizacional foi possível constatar algumas características locais a respeito do ambiente colaborativo entre poder público, os atores privados (empresas) e a comunidade. Até mesmo no sentido de redes de atores, a colaboração é existente, porém com um desequilíbrio notório. Entre os atores que mais apareceram nas falas dos conselheiros estão as agências de turismo, fazendas produtoras de azeitona e azeite, o SEBRAE e a própria Secretaria de Cultura e Turismo. Na visão dos conselheiros, existe uma ascensão em Maria da Fé hoje do turismo de experiência, o turismo da Olivicultura, e o ecoturismo, por isso a atuação das fazendas produtoras que recebem os turistas vem sendo muito importante. O protagonismo das instituições de Maria da Fé, no ambiente, poderia ser melhor. Entre o poder público e a comunidade existe “um paradigma que a gente tem, a ser quebrado”. (E3)

Por meio das entrevistas é notório que o conselho mesmo exibe sua dificuldade de dialogar com a comunidade, ao sentir receio em se expor sem que ele tenha uma estrutura forte para canalizar as demandas e entender o que é preciso atender ou não, nessa situação ele se encontra vulnerável. Reconhecem que a comunicação, da população vir até eles, *talvez seja um pouco falha*, (E5) mas que eles fazem aquilo que é a função do conselho. “É uma luta que parece constante, vem acontecendo pelo menos há mais de 7 anos e para eles, o objetivo é fazer com que a comunidade enxergue o turismo como agente econômico, protagonista econômico.”(E6) Isso percorre a capacitação dos atores para a resolução de problemas por meio do estímulo dos cidadãos, de modo que não sejam apenas passíveis de direitos, mas executores de obrigações, sendo um balizador de sua eficácia proveniente do envolvimento dos colaboradores na rede, para que haja reciprocidade entre atores (EMMENDOERFER; MEDIOTTE; DOS SANTOS, 2022).

Quando observamos a iniciativa privada e poder público no detalhe, existe sim uma dificuldade de compreensão e diálogo também entre essas as partes, os conselheiros sinalizam que tem sido uma luta saudável para construir essa ponte. Atualmente no setor privado e até mesmo no público, cada um vem fazendo sua parte e apresentando para o turista, principalmente

por meio das redes sociais, o que eles têm de melhor. O empecilho aparece justamente em promover alguma ação que precise da colaboração de todos:

Inclusive a ideia da formação da Rede Empresarial lá em 2018 era justamente o fortalecimento, a criação de um grupo de governança mesmo para que as decisões fossem tomadas com participação social (E3).

A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social partiu do COMTUR. Podemos observar e compreender esse movimento como reflexo de como os membros do COMTUR atuam e esperam do desenvolvimento turístico. O crescimento do setor turístico por essa lógica está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico e social do município. O grande desafio em avançar é fazer com que os três setores caminhem junto e entendam a importância que o turismo vem solicitando nos últimos anos:

Até que falei na última reunião do COMTUR, como é importante esses quiosques e essas coisas aí, por quê (...) aquelas senhorinhas lá na roça que fazem cada coisa linda, linda, de fuxico, de crochê, de bordado, de tricô. Não tem onde vender. Então esses quiosques foi uma maravilha pra cidade. Nossa, foi excelente ter colocado aí pra dar oportunidade, porque como é que uma senhorinha vai sair de lá, alugar um ponto na cidade, montar uma loja pra vender? Porque pro pessoal mesmo não vende, mas vende pros turistas (E1).

Por outro lado, tem-se a visão de que a prefeitura não deve realizar tudo, que o dever da prefeitura é apoiar. Principalmente porque as atividades que mais atraem os turistas hoje, são as festividades como o Festival do Azeite Novo e o Festival de Inverno. Esses dois eventos quando são realizados, “trazem críticas por parte da comunidade” (E4) e também escancaram algumas falhas dos comerciantes do município,

Só que o cidadão ele ainda não enxerga né, como uma cidade turística. O comércio em geral também é bem resistente a isso. Assim, semana santa, por exemplo, independentemente de você ser católico, por causa da festa do azeite, a gente tem uma resistência ainda de restaurantes abertos na sexta-feira santa, só por exemplo, então eles não têm essa visão de empreender né, de ter um comércio e ter que abrir nesse dia. A gente tem uma certa resistência (E6).

O Villarte (quiosques) por exemplo, seus comerciantes pagam uma taxa simbólica para utilização e mesmo assim, não abrem todos os dias da semana. Isso para os conselheiros é um ponto muito frágil e que deve ser mudado o quanto antes, pois os turistas que chegam na cidade acabam encontrando os quiosques fechados, sem que os artesãos, olivicultores e demais comerciantes que deveriam estar ali para oferecer o produto ao turista, que, “não é qualquer turista” (E4)

Essa rota das fazendas, ela tá crescendo muito, Olivais de Quelemem, que tem o azeite, a Santa Helena, a fazenda Maria da fé, que são todas que estão muito voltadas para esse turismo. Que é um turismo voltado para um público muito seletivo, mas que tem e está crescendo muito (E4).

Junto a essa lógica, o município tem atuado no programa de Desenvolvimento De Territórios promovido pelo SEBRAE Minas Gerais, em parceria com a Prefeitura Municipal e Câmara Municipal, que mais uma vez dispõe da participação da Secretaria de Cultura e Turismo em sua construção. Essa pauta já é antiga no que tange ao turismo do município, é desejo visto que os empreendedores da cidade não conseguem suprir a demanda turística da cidade

(...) uma lei de incentivo talvez redução de imposto, alguma coisa para incentivar mesmo os empreendimentos, os empreendedores a estarem investindo na cidade. Só que foi só uma conversa não foi para frente são coisas se a população talvez ficasse mais no pé, cobrasse mais talvez tenha tido um resultado, agora a gente já cobrou, já conversou, já mostrou os benefícios que vão trazer né a implementação dessas leis dessas políticas públicas, mas não depende muito da gente se o Prefeito não autoriza a gente não tem o que fazer. O prefeito ele tem uma característica de centralizar a decisões, então tudo passa por ele. Se o Prefeito não autoriza a gente não tem o que fazer né, a gente é abaixo dele (E6).

Visto isso, é evidente que os conselheiros vislumbram e tentam fazer do espaço de Maria da Fé, um ambiente favorável ao empreendedorismo e ao crescimento do aparato turístico comercial pela ótica do turismo de massa, mais construções, mais comércios, mais variedades e por consequência, mais turistas e mais giro econômico.

4.4 Desenvolvimento local e turístico a partir da perspectiva do COMTUR.

Os conselheiros chamaram atenção para um ponto: o COMTUR é um importante auxiliador no desenvolvimento turístico. Resgata-se nesse sentido, essa importância devido a representação do ator municipal como agente de desenvolvimento regional, considerando ser ele o detentor das realidades e demandas locais abordadas democraticamente nos Conselhos Municipais de Turismo (Mtur, 2019). Porém, hoje, sem planejamento e sem que haja uma gestão articuladas aos interesses coletivos - participativo, com o objetivo de se ter uma representação dos diferentes interesses no planejamento da atividade, dificilmente se terá um desenvolvimento de forma sustentável do turismo. Essa participação não diz respeito somente o resultado de valores culturais ou democráticos, mas também ao produto das estruturas do governo público e do grau em que essas estruturas são verdadeiramente abertas à participação e ao debate, dispostas a envolver e imaginar esse cenário a longo prazo. (MEGUIIS et. Al, 2015);

Tenho a perspectiva que em 10 anos no máximo a gente tenha essa articulação política, até porque em 10 anos esse pessoal conservador vai começar a perder a força. E a gente também tá crescendo, tá recebendo muito mais visitante do que antes, então o pessoal já tá vendo que o turismo tá acontecendo, e a medida que as coisas vão evoluindo, eles não vão ter mais para onde correr. Então é o ambiente que vai moldar e não a sociedade (E3).

O contexto em questão adquire um significado que demanda compreensão para além do que foi previamente mencionado. Ao abordar o tema do turismo, torna-se inerente a discussão sobre o território. A atividade turística em um município implica, por consequência, em um aumento substancial do fluxo de visitantes acessando aquela localidade, ocasionando uma visita do "outro" e consequente modificação do espaço pela sua presença.

Quando as pessoas falam assim “ah, mas você é de Maria da Fé?” E eu falo “sou”, porque eu mesmo tava botando barreira sabe. Porque quando você conecta com a terra, conecta com o local, te dá mais abertura, mais engajamento. Eu falava “eu sou de Petrópolis, eu tô aqui há pouco tempo”, essa era minha história. Hoje as pessoas me perguntam? “Você é de Maria da Fé?” “Sim, sou de Maria da Fé.” Porque sou um presidente de um conselho municipal de turismo eleito por marienses, então me considero como Mariense. Não sou de sangue, porém de alma né (E5).

A presença iminente do "outro", prestes a adentrar o espaço da população local, suscita um sentimento de estranheza, que por sua vez, permeia a insegurança e o medo de abandonar a zona de conforto. Essa apreensão é alimentada, principalmente, pela ocorrência de experiências similares ocorridas nas proximidades, as quais culminaram em um cenário alarmante que escapou ao controle da administração pública municipal até o presente momento.

Eu propus que fizemos uma lei, mas no sentido de resguardar a população de eventuais forasteiros que vem pra cá e montam empreendimentos e não deixam o dinheiro aqui, a gente tem casos claros como Gonçalves e Monte Verde em que o pessoal do vale do Paraíba subiu a serra e começou a comprar terra e fazer operadores turísticos e não se envolver com a sociedade (E4).

Até mesmo, não há como garantir que esse bloqueio da comunidade já não exista e que esteja acontecendo um movimento contrário a abertura, um fechamento ainda maior e distante daquilo que é pensado. Ilustra-se a necessidade de existir estruturas de governança para a gestão das demandas coletivas e para o desenvolvimento territorial, para que esse recorte espacial onde convivem pessoas com identidade própria, e que, pode ser um espaço de conflito e disputa de poder, priorize a melhoria da qualidade de vida da população (DALLABRIDA, 2016).

No que há maior envolvimento da sociedade no sentido positivo e negativo são as festividades né, que aí eles participam como opção de lazer, mas eles não conseguem enxergar o viés global disso que é o viés de indução turística, fortalecimento da identidade, de movimentação econômica (E3).

Nos setores diretamente envolvidos com o turismo, como os artesãos e produtores do azeite e azeitona, o sentido da visitação do outro   tido como algo benéfico, porque principalmente, o remunera no sentido econômico e também social. E a percepção   de que “quanto mais unidos o pessoal do turismo estiver, melhor será a forma de cobrar a es (E2), para o poder executivo tomar partido em aspectos que ainda faltam para melhorar a essa questão do desenvolvimento:

Então eu acho que essa questão do turismo vai muito além de você trazer as pessoas. Ah, trouxe turista, bacana, veio, gastou, ficou em hotel, abasteceu carro, comeu em restaurante. Mas valoriza essas pessoas também. Elas se sentem valorizadas, porque elas estão lá, n , no cantinho delas ali e tal. De repente, nossa, uma peça minha que foi vendida. Eu acho que valoriza a autoestima das pessoas (E1).

Nas narrativas a maioria ilustrara como a importância de se estar em uma Instancias de Governanças Regionais, (IGR) que no estado de Minas Gerais,   a política de regionaliza o do turismo, cujo objetivo   descentralizar e democratizar a atividade turística de forma participativa, gerando emprego, renda e desenvolvimento sociocultural, tem a Lei n  22.765/2017 , o Decreto n  47.687 de 26 de julho de 2019 e a resolu o SECULT N  16, DE 08 DE ABRIL DE 2020, como instrumentos normativos recentes que dentre as finalidades, a principal   de estabelecer as Instancias de Governança Regionais (IGRs), que anteriormente eram conhecidas como “Circuitos Turísticos”.

Maria da Fé atualmente faz parte da IGR Caminhos da Mantiqueira, porém no passado recente, fez parte também do Circuito das águas, que foi importante, porém, parecia não haver tanto sentido essa participa o visto que o município não compartilha as mesmas “características naturais” dos restantes dos municípios que participam desse circuito e não   tão próxima assim delas. Apesar de ser um requisito para recebimento dos recursos do ICMS turístico, o município v  valor na participa o na instancia.

A gente   muito feliz no circuito que a gente se associou, porque na verdade Maria da Fé dentre as cidades do circuito   a única que   indutora realmente do turismo,   a única que tem esse viés e a aí a gente faz parcerias com as cidades da região, a gente tem uma rota de peregrina o n , a rota religiosa entre as quatro cidades: Itajubá, Cristina, Maria da Fé e Pedralva, então   uma associa o da cidades do circuito e isso gera também esse essa a o regional, então fortalece tanto a nossa cidade quanto às cidades da região (E6).

Essas a es regionais impulsionaram outras, como a volta do município a Rota da Estrada Real, cria o Rota do Cicloturismo Regional, a aproxima o ao Enduro a p , que são

primordiais para que cada vez mais esse território ganhe força e seja valorizado e visibilizado em âmbito regional, estadual e nacional. Já que o município tem a ambição de se tornar a capital Nacional do Azeite Extravirgem. Arelado a isso, se dá a importância de ser estratégico no projeto de construção coletiva, pautado na interdependência e por ações implantadas conjuntamente a rede da comunidade, sendo primordiais para que haja indução e apoio ao desenvolvimento local. (KRONEMBERGER, 2019)

São os membros que mais participam do conselho de turismo que foram indicados por Conselho de Desenvolvimento Econômico então acredito que vai ter um link que não tem como tirar, “não você é do conselho de desenvolvimento”, “você é do turismo”, é a mesma pessoa, então se ela fizer uma proposta de ação é claro que vai valer tanto pra um quanto para outro. Porque o turismo que a gente vê como principal fonte de economia em ascensão do município, então se conseguirem criar ações de desenvolvimento econômico vai refletir no turismo também (E6).

Uma das ações para cravar um início nesse desenvolvimento de forma contínua, seria a transformação do Plano Municipal de Turismo (PMT) em uma lei, uma ação inovadora proposta por um conselheiro de gestões anteriores, que nenhum município da região tinha feito e que não foi concretizada por falta de apoio do poder executivo. Essa seria uma ação visionária que se levaria para o futuro, fazendo as ações perpetuarem num longo prazo, como objetivo de ser sustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram identificadas dificuldades no estabelecimento da governança turística mariense, que acontece de forma muito tímida e vulnerável. Essas dificuldades são e estão relacionadas principalmente às dimensões de inserção da população no “plano de ação” e na execução de fato deste cenário desejado ao turismo no município, e na atuação verdadeira da comunidade enquanto parte deste produto turístico promovido.

O aspecto democrático e horizontal em torno do planejamento e execução das atividades turísticas marienses, hoje, não é dos melhores. Pelas percepções colhidas, o cidadão mariense não olha para Maria da Fé como uma cidade do turística ou demonstra algum interesse natural em atuar e por consequência, em ter o seu local compartilhado com visitantes externos. Porém, apesar de estar ciente de tais visões, este não foi o foco deste estudo. Até mesmo porque nem todos os atores que integram essa tríade poder público, comunidade e setor privado, não foram entrevistados. O TBC, embora tenha premissas e se enquadre nos moldes para ocorrer no turismo do território mariense, está longe de ser organizado ou viabilizado. Claramente não é o foco da instancia municipal de turismo mariense auxiliar na construção do TBC, pelo menos não com as configurações atuais. E para que exista sem o auxílio dessa instancia, a comunidade teria que realizar algo jamais feito anteriormente.

A governança nesse sentido, deverá ser trabalhada desde o momento da conscientização da população local para o turismo, para que agentes externos não utilizem do TBC como forma de adentrar na comunidade mariense e lucrar com sua autenticidade, por consequência, eximindo da comunidade a autogestão da atividade, já que é tão frágil nesse aspecto (GRACIANO; HOLANDA, 2020).

Hoje, embora a percepção dos conselheiros diz que “as pessoas não acreditam que a secretaria de turismo está fazendo alguma coisa ou que está acontecendo alguma coisa” (E2). Não existem várias lideranças em disputa no território mariense em torno do turismo. O COMTUR e a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo agem como “carro chefe” de toda e qualquer movimentação turística, talvez como reflexo disso, a consolidação turística passará por vários pontos sensíveis, e o desafio é bem maior do que se aparenta. “Se não for feito de modo harmônico, tende a ser traumático” (E3). O que tende a ser preocupante enquanto papel do Estado na promoção do turismo. Conforme Duarte 2007, os marienses tinham uma

dependência muito grande no passado, do apoio do Estado para fazer tudo acontecer, o que parece não ter mudado muito nos últimos 16 anos, conforme os relatos dos conselheiros.

Por fim, para estudos futuros, exalta-se a necessidade de aprofundar nas relações que permeiam o poder executivo municipal e o COMTUR, visto que nos relatos esses dois atores aparecem em situações de divergências e conflitos. Para isso, também se sugere que haja um aprofundamento de outros pontos de vistas para além do conselho e sua relação com a secretaria. É preciso observar a comunidade a parte e o setor privado também forma separada e que seja possível destrinchar os tópicos da governança local e o desenvolvimento do território pelas vias do potencial turístico mariense de uma forma mais ampla e melhor mapeada.

REFERENCIAS

_____. Tribunal de Contas da União. Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

BICHIR, R.M. (2018). Governança multinível. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Governança Pública. Brasília: IPEA, dez. 2018. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 19, 2018. p. 49-56.

BRASIL, Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2022. Disponível em: <HTTPS://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

BOULHOSA, Marinete da Silva. Turismo de Base Comunitária: em busca de caminhos sustentáveis para o turismo na ilha do Marajó. **Paper do NAEA**, Belém, v. 29, n. 3, p. 1-18, 2020.

BARTHOLO. R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. G. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. Decreto nº D9203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Decreto Nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Brasília,

BRASIL. Ministério do Turismo Roteiros Do Brasil. **Programa De Regionalização Do Turismo – Modulo Operacional 3 – Institucionalização Da Instancia De Governança Regional**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: institucionalização de instância de governança regional. Brasília, 2019.**

BRUSADIN, Leandro Benedini. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. sem. 2005.

BUDEL, L.; SEVERINI, V. F.; REJOWSKI, M. Dimensões da Hospitalidade no Turismo de Base Comunitária: simbologias, ritos e artefatos na casa de farinha em Mangabeira. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 17, c2497, 2023.

BURSZTYN, I; BARTHOLO. R; DELAMARO. M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Eds.) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** (pp. 277– 288). Rio de Janeiro: Letra e Imagem,2008.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Redes e governança das políticas públicas. **RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 1, 2013.

CORIOLO, L. N. M. T. Turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Eds.) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** (pp. 277– 288). Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CORRALO, Giovani da Silva. Planejamento. **Desenvolvimento e Governança: desafios do poder municipal. Direito e Desenvolvimento**, v. 6, n. 11, p. 79-93, 8 jun. 2017. *Cruzeiro do Sul Educacional*.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança Territorial e Desenvolvimento: uma introdução ao tema. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (Org.). *Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais.* **Rio de Janeiro: Editora Garamond**, 2011. p. 15-38.

DALLABRIDA, Valdir Roque; MARCHESAN, Jairo; ROSSETTO, Adriana Marques; FILIPPIM, Eliane Salete. Governança nos territórios ou governança territorial: distância entre concepções teóricas e a prática. **Revista Grifos**, [S.L.], v. 25, n. 40, p. 43, 9 set. 2016. Revista Grifos.

DUARTE, Gabriela do Couto; DIAS, Silva. **Fatores que afetam a participação da comunidade no desenvolvimento do turismo do turismo em Maria da Fé–Minas Gerais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte - MG, 2007.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz; MEDIOTTE, Elias José; DOS SANTOS, Yuri Tomaz. Governança pública no turismo: polissemia, reflexões e implicações. **Ateliê Geográfico**, v. 16, n. 1, p. 24-49, 2022.

FAYOS-Sola, E., DA SILVA, J. A. M., & JAFARI, J. Knowledge Management in Tourism: Policy and Governance Applications: Emerald Group Publishing, 2012

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Penso Editora, 2012.

HENRICHS, Joanni Aparecida; MEZA, Maria Lúcia Figueiredo Gomes de. Governança multinível para o desenvolvimento regional: um estudo de caso do consórcio intermunicipal da fronteira. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 124-138, 1 dez. 2016.

KRONEMBERGER, Denise. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: Editora Senac. 2011.

MARIA DA FÉ, Prefeitura Municipal de. **HISTÓRIA DO MUNICÍPIO**. Disponível em: <HTTPS://www.mariadafe.mg.gov.br/cidade>. Acesso em: 12 set. 2022.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**. (Campo Grande), 2002.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas Ltda, 2016.

MEGUIS, Thiliane; FARIAS Kassia; VIANA Pablo; HAMOY Juliana. "Do Desenvolvimento Global Ao Desenvolvimento Local: Novas Perspectivas Do Desenvolvimento Do Turismo." **Revista De Turismo Contemporâneo**, p. 98-120, 2015.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A; PEDRO, R. M. L. R.; OLIVEIRA, E. Turismo de base comunitária à luz da teoria ator rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2020.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa-características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, n.3, p. 103-113, 2. sem. 1996.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. Grupo GEN, Atlas, 2013. *E-Book*.

ROMERO, Juan; FARINÓS, Joaquín Redescubriendo la gobernanza más allá del buen gobierno. Democracia como base, desarrollo territorial como resultado. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 56, p. 295-319, 2011.

SANTOS, Thiago de Sousa; PEREIRA, Raquel da Silva. Governança do Turismo no Campo das Vertentes (MG): garantia de desenvolvimento regional? **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 83-111, 28 maio 2018. ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 43, n. 2, p. 347-369, abr. 2009.

SILVA, Giuliano Alves Borges e; PASSADOR, João Luiz. Redistribuição fiscal para o desenvolvimento turístico local e regional. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 50, n. 4, p. 587-610, ago. 2016.

SILVEIRA, Denise Tolfo. CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: **Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Métodos de Pesquisa**. 1º edição. Porto Alegre, RS, p. 31-42, 2009.

TRETIN, Fabia; EMMENDOERFER, L.M; MEDIOTTE; Elias. Dimensões da governança de políticas públicas no turismo: um estudo dos conselhos municipais de turismo de Nova Friburgo (RJ) e Juiz de Fora (MG), Brasil. In. PIMENTEL, Thiago Duarte; GOMES, Bruno Martins Augusto; QUADROS, Vânia Lúcia. **Políticas Públicas de Turismo no Brasil**. Editora Motres, 2022.

TURISMO. Maria da Fé. Conheça Maria da Fé. Disponível em: <HTTPS://www.turismo.mariadafe.mg.gov.br/>

YIN, Robert K. ESTUDO DE CASO -: PLANEJAMENTO E MÉTODOS. 5. ed. Porto Alegre: Bookman. 2015. Grupo A, 2015. *E-book*.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

As perguntas a seguir destinadas aos 12 conselheiros do Conselho Municipal de Turismo do município de Maria da Fé, instância de governança turística local, têm como objetivo verificar: I) compreensão de seu papel e sua referência no âmbito da administração pública municipal no planejamento/coordenação das políticas públicas do turismo e; II) sua importância em possibilitar a interação e participação da comunidade local na cooperação/colaboração do desenvolvimento turístico municipal.

- 1- Qual a sua concepção sobre o papel e a função do Conselho Municipal de Turismo em nosso município?
- 2- Como você considera que o turismo local está organizado?
- 3- Você considera que existe um ambiente colaborativo entre setor público, os atores privados (empresas) e comunidade? Como superar os obstáculos?
- 4- Como se dá a comunicação no âmbito do turismo do município?
- 5- A respeito Das leis, regulamentos, normas e diretrizes que definem o contexto legal e regulatório do turismo mariense, você os considera suficiente ou ainda há campos para avançar? Se sim, se puder citar um exemplo.
- 6- Você consegue citar exemplos de situações em que a participação das pessoas nas decisões sobre o turismo levou a melhorias reais em nosso município?
- 7- Você poderia me explicar como é o processo de liderança dentro do conselho?

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA - E1

PERGUNTA 1: Qual a sua concepção sobre o papel e a função do Conselho Municipal de Turismo em nosso município?

ENTREVISTADO: Agora que tá tendo mais reuniões, mais reuniões com mais frequência, até porque vai acontecer o Festival de Inverno agora, né? Então, eles têm feito mais reuniões, mas é bacana, assim, lá, sabe? Porque reúne... Nem muita gente participa, né? Não é muita gente que participa dessas coisas, né? Infelizmente. Sim. Mas tem gente que, na verdade, nem

gosta muito dessa parte do turismo, não. Você sabe, né? Os próprios moradores não gostam, não. Né? Porque chega muita gente. Eles não entendem que os turistas vão para movimentar a cidade, gerar emprego, né? E tudo. Isso. (...) É. Eu acho muito importante. É isso que eu te falei. O turismo ajuda muito no desenvolvimento, né? Quando as pessoas vêm, gostam, acabam voltando, convida outros, convida amigos, convida parentes pra voltar quando eles gostam, né? E isso daí também é uma oportunidade de crescimento na cidade, não é mesmo? Eu penso assim. A quantidade de cursos que eles estão fazendo ali né? Cursos de turismólogos, se não me engano que chama, sabe? A prefeitura e outros órgãos também disponibilizando um monte de cursos. E isso aí é muito importante pra juventude e pra população porque mesmo que não use especificamente na cidade, depois se for sair, for morar em outro lugar, ah, vou casar, vou embora, vou estudar fora, aquele conhecimento que adquiriu vai ser aproveitado em qualquer lugar que as pessoas vão, não é mesmo? Isso. Eu tive a oportunidade, tinha um chefe que falava conhecimento não ocupa espaço, né? Então tudo que a prefeitura está fazendo, talvez eles não entendam direito no momento, né? Mas assim, isso de turismo, o que tem de jovem fazendo, eu achei tão bacana, depois eu me arrependi de eu mesma não ter começado a fazer, sabe?

ENTREVISTADORA: Como você entende que o turismo local está organizado?

ENTREVISTADO: Deixa eu pensar direitinho aqui pra você, pra eu te responder direitinho. Eu vou falar com relação, por exemplo, a Casa da Artesão, você está falando... Bom, as associações, a princípio, o que eu estou sentindo é mais a Prefeitura, né? A Secretaria do Turismo e o Conselho Municipal de Turismo. Será que tem mais alguém envolvido nisso daí? É.. Quem está dando o curso de turismo, por exemplo, é o rapaz de uma das fazendas aí, que é a Santa Helena, se não me engano, (...) quer dizer, então, os empresários já estão se mobilizando também, não é? Isso daí é muito importante, porque divulgam no momento que eles estão fazendo isso daí, está divulgando, divulgando os produtos, que é o azeite, né? E pra gente, por exemplo, lá da Casa da Artesão, eu acho muito legal, lá são 30 artesãos. Quando eu cheguei lá, achei mais interessante tanta coisa bonita que tem lá, coisa bonita mesmo. E das primeiras vezes que eu fiquei (na casa do artesão) era na pandemia, e passava turista de São Paulo, por exemplo, e comprava aquelas coisas assim, para a gente é tão comum, mas pra eles era novidade, pagava até caro. Uma peça que eu vendi, uma toalha de mesa de 300 reais, com barradão, mas era linda, valia aquilo lá, você entendeu? Feita de pano de saco, com barradão de crochê, um bordado lindo. A moça pegou assim, coisa mais normal mundo, (...). Lá tem muito esse pessoal de decoração, né? Decoradores e tudo. E eu fico pensando, até que falei na

última reunião do COMTUR, eu falei, como é importante esses quiosques e essas coisas aí, por quê? Porque eles, você vê, essa é a dai Maria da Fé, né? Você sabe a zona rural aí como é que é. Aquelas senhorinhas lá na roça que fazem cada coisa linda, linda, de fuxico, de crochê, de bordado, de tricô. Não tem onde vender. Então esses quiosques foi uma maravilha pra cidade. Sabe, foi uma... Nossa, foi excelente ter colocado aí pra dar oportunidade, porque como é que uma senhorinha vai sair de lá, alugar um ponto na cidade, montar uma loja pra vender? Porque pro pessoal mesmo não vende, mas vende pros turistas. Aí tendo um quiosque lá, que seja uma associação, que são 30 pessoas que vão se alternando pra ficar lá, né? E ter a oportunidade de ver o produto dela lá e como é bacana ver que o pessoal compra e elas ficam numa alegria, aquilo lá valoriza as pessoas, né? Então eu acho que essa questão do turismo vai muito além de você trazer as pessoas. Ah, trouxe turista, bacana, veio, gastou, ficou em hotel, abasteceu carro, comeu em restaurante. Mas valoriza essas pessoas também. Elas se sentem valorizadas, porque elas estão lá, né, no cantinho delas ali e tal. De repente, nossa, uma peça minha que foi vendida. Eu acho que valoriza a autoestima das pessoas. Você entendeu? No meu ponto de vista, é isso. Você entendeu? É o meu ponto de vista é esse. Uma pessoa que tem um, né, que tem uma barraquinha de comida, por exemplo, né? E as pessoas saem, elogiam, compram levar pra casa, sabe? Eu vejo assim, muito além disso, né? Dessa questão de vir um turista, passear ali, foi embora, acabou. Não, eles levam uma lembrancinha, aquela lembrancinha que eles levam. Vocês vão sempre olhar e falar ah, estive em Maria da Fé uma vez, gostei de lá. E se for mal atendido, ah, não gostei, nunca mais quero voltar lá. Essa é a importância da Prefeitura e da Secretaria de Turismo estar trabalhando, né? A questão do tratamento, né, das pessoas. Eu vejo dessa maneira, não é mesmo? Sempre que eu vou lá, eu falo assim, as escolas têm que estar envolvidas, a Secretaria de Educação ensinar as crianças a receber as pessoas, tratar com a educação, né? Conhecer a cidade para dar informações, não é mesmo? Tudo isso faz parte. Nossa, tô falando demais, né?

ENTREVISTADORA: Você considera que existe um ambiente colaborativo entre setor público, os atores privados (empresas) e comunidade?

ENTREVISTADO: Ah, é assim. Tudo no começo é difícil mesmo, né? E a gente tem que tá fazendo aquele trabalho formiguinha, né? Você tem que insistir, você não pode desanimar na frente dos obstáculos, né? Das rejeições. Tem as objeções também e tudo. Mas o que eu sinto assim, que o pessoal do turismo ali tá trabalhando pra poder incentivar mesmo, né? Para poder trazer mais eventos pra cidade, né? Você vê, tem o Motor Rock, né? Fizeram o Festival do

Azeite. Então, eu tô sentindo um empenho muito grande desse pessoal da Secretaria de Turismo, né? Com todo apoio da Prefeitura. A Prefeitura tem dado muito apoio mesmo, sabe? Então, nesse ponto, o meu ponto de vista é esse. Eu não sei se seria a resposta pra sua pergunta.

**PERGUNTA 4- Como se dá a comunicação no âmbito do turismo do município?
(Comunicação interna x externa, Prestação de contas, transparência, etc)**

ENTREVISTADO: Assim, das reuniões que eu participo, né? A gente sempre lê a ata da reunião anterior, e já vai trabalhando em cima do que foi colocado na pauta lá, né? Vai discutindo. Eu acho interessante, assim, deles agregar e chamar bastante gente pra participar e pedir a participação também das pessoas. Porque dali os que saem dali, divulgam, né, as informações que, né, que são passadas ali na reunião, né? Eu não posso te falar com relação a mais coisas, porque daí eu já não participo, né, diretamente ali, né? Mas eu acho que eles são muito empenhados, sim, em divulgar essas informações todas, sabe?

PERGUNTA 5 - A respeito Das leis, regulamentos, normas e diretrizes que definem o contexto legal e regulatório do turismo mariense, você os considera suficientes ou ainda há campos para avançar? Se sim, se puder citar um exemplo.

ENTREVISTADO: Pelo que eu pude perceber lá, e eu gostei muito de ver isso, sabe? Tudo que eles vão fazer, eles se amparam na legislação, sim, sabe? Tudo que eles vão fazer. E independente, assim, eu vejo que eles não sofrem influência. Por exemplo, se alguém chegar pressionando, ah, tem que fazer isso. Eles não vão fazer de qualquer jeito. Isso eu já percebi lá, sabe? Que eles têm muita responsabilidade e isso é muito importante, né? Porque tudo isso daí tem que ter prestação de conta que uma hora ou outra pode, né? Pode alguém vir fiscalizar, né? Então, com relação aos recursos que tem, os recursos às vezes nem são muitos, né? Mas, assim, com relação a isso, eu sinto muita segurança no que eles fazem lá, sabe? É sempre embasado em legislação mesmo, sabe?

PERGUNTA 6- Você consegue citar exemplos de situações em que a participação das pessoas nas decisões sobre o turismo levou a melhorias reais em nosso município? O que podemos tirar como aprendizado dessa experiência?

ENTREVISTADO: É difícil falar a respeito disso... seria em relação a treinamentos? Porque além desses que eu te falei que tem, de turismo e tudo, técnico em turismo, tem outros cursos que foram pedidos pelo sindicato, para o SENAR, que são cursos muito bons sabe, de hotelaria, sabe? Que eu acho que é uma coisa que ajuda na capacitação das pessoas para trabalhar com o turismo né. Acho que esse seria um dos. Não sei se me lembro de mais alguma ação em relação a isso. É, eu acho que é a conscientização das pessoas em relação a organização da cidade, em manter a cidade limpa, ah é difícil, não me vem nada na mente.

PERGUNTA 7- Você poderia me explicar como é o processo de liderança dentro do conselho?

ENTREVISTADO: Então, eles vêm até assim. Eles já chegam com alguma coisa pronta, desenhada ali, mas eles jogam e eles ouvem as opiniões. Isso eu senti que eles ouvem, né? No que eles acharem pertinente, eles vão mudar alguma coisa, né? Mas eu sinto que é bem estudado as coisas que eles fazem ali, é bem pensado antes, discutido, você entendeu? Já olham os orçamentos e, o que for preciso, eles já olham antes e tudo, né? E a gente tem um grupo no WhatsApp que é importante também. Eles estão sempre passando as informações, sabe? A gente tem o grupo de WhatsApp que eles estão sempre atualizando e é bom isso, sabe? Que fala dos eventos, né? Sim. Tem um outro grupo também de turismo que tem muitos comércios locais que estão lá, sabe? Então, eles divulgam também a programação deles. É bacana isso, sabe?

ENTREVISTA 2

PERGUNTA 1- Qual a sua concepção sobre o papel e a função do Conselho Municipal de Turismo em nosso município?

ENTREVISTADO: Ó o Conselho ele se reúne através de suas reuniões extraordinárias e ordinárias e a gente ali discute algumas ações que a gente vê que vai ser propícia ali para o turismo, que vai colaborar para esse desenvolvimento ou que vai melhorar, então a gente é traça metas né ...Faz também ... Tem a relação dos impostos são repassados se cumprirmos certas determinações e então nós trabalhamos pra que essas determinações ocorram nos prazos, a

gente acompanha também o aspecto da cidade, como o turista vê isso, o que ele vem buscar em Maria da fé, o que a gente tem que melhorar . A gente vai colocando algumas metas né e apresentando isso para o poder executivo né. O conselho de turismo ele trabalha vinculado dentro da secretaria de turismo e também ao setor executivo da prefeitura então a gente representa esses planos para que ali haja o aval deles ou não ou que a gente precisa melhorar alguma coisa. Várias solicitações foram atendidas então a gente tá ali pra dar esse respaldo mesmo a cadeia turística.

PERGUNTA 2- Como você considera que o turismo local está organizado? (Quais instituições participam, responsabilidades de cada uma).

ENTREVISTADO: O protagonismo dentro das instituições de Maria da Fé, assim, poderia ser melhor. Existem as propriedades turísticas que estão bem engajadas nesse meio né. Cada um fazendo a sua parte ali apresentando para o turista principalmente através das redes sociais o que eles têm de melhor. Agora a gente tem dificuldades às vezes em promover alguma ação que precise da colaboração de todo mundo. Isso ainda é muito difícil aqui em Maria da fé, as pessoas ou não acreditam na certa é aquele velho “bairrismo” né que existe aqui e a gente sabe, então é um pouco complicado. As vezes a própria população não acredita no turismo, tem essa de "aí veio esse tanto de gente fora", enquanto a gente sabe que isso movimenta a economia né e ajuda muita gente.

ENTREVISTADORA: Então você considera que a organização hoje é mais por parte da secretaria?

ENTREVISTADO: Isso, por parte da secretaria. A secretaria é uma lutadora eterna né. Todas as iniciativas que são propostas a secretária tentam convencer ou mesmo trazer né muitos benefícios. A gente tem o SEBRAE trabalha junto com a gente também só que ainda falta muita mobilização do setor né para que isso caminha e assim em uma velocidade mais rápida né. A gente tá engatinhando eu sempre brinco, o turismo tá acontecendo, ele tá, as pessoas tão as pessoas estão acreditando vendo gostam de ver passear mas as estratégias ainda são da secretaria junto com o conselho, também no que cabe também o conselho realizar.

PERGUNTA 3- Você considera que existe um ambiente colaborativo entre setor público, os atores privados (empresas) e comunidade?

ENTREVISTADO: Existe em partes. Poderia ser muito melhor. Mas iniciativa privada e poder público, você tem um pequeno abismo ali. Então é uma luta pra construir essa ponte. Para as pessoas acreditarem mesmo e também para o poder público né, virar esses olhos, mas muito é só com abertura de uma secretaria de forma constante né a gente sabe disso a gente acompanha, mas ainda precisa de mais é um cooperativismo. A grande dificuldade do Brasileiro, não é só aqui em Maria da fé. Cooperativismo é difícil em qualquer região do Brasil, algumas funcionam em termos agrícolas né, onde a gente vê mais presente, mas a gente sabe que a colaboração de tudo mundo melhoraria muito mais. A gente fala de acessos, de infraestrutura e para que essas coisas se realizadas mais quanto mais unidos o pessoal do turismo estiver melhor será a forma de cobrar de executar isso daí né próprio poder executivo enxerga que ele precisa fazer algumas ações ainda para melhorar a essa questão aí de desenvolvimento.

ENTREVISTADORA: Você acha que a gente conseguiria envolver mais a comunidade para superar esse obstáculo?

ENTREVISTADO: A comunidade ela tem que ter, ela tem que ser guiada. Ela tem que acreditar que aquilo é benéfico pra ela. A gente faz isso, criando as próprias associações né, através das associações de bairro, de outros setores que né que tem a representatividade de cada nicho, cada local, de cada empreendimento ou de cada setor de Maria da fé. Então quanto mais você, quanto mais essas pessoas né mais uma vez a gente têm que se associar trabalhando e divulgando aquilo que tá acontecendo, as pessoas vão ficando mais interessadas. Então tem que ter muita motivação tem que ser um trabalho, é contínuo, e isso é um esforço muito grande. Porque as pessoas não acreditam que a secretaria de turismo tá fazendo alguma coisa ou que tá acontecendo alguma coisa. Porque tem coisa que não aparece, tem coisa que é documental, tem coisa que você não consegue mostrar para todo mundo, as pessoas não entendem. Então a mobilização né , e o mostrar que aquilo tá acontecendo e que tá sendo benéfico através de relatórios ou alguma coisa assim, mobiliza as pessoas. Elas passam a olhar mais pra aquilo. Então é um trabalho de conscientização. Ou ele deve vir acontecendo nas escolas, fazendo com que elas entendam o processo do turismo desde mais novas para conseguir acompanhar esse espaço que Maria da fé tá dando. Então tem que ter uma mobilização da comunidade muito grande.

PERGUNTA 4- Como se dá a comunicação no âmbito do turismo do município?

ENTREVISTADO: Hoje você tem né o portal da transparência, você consegue acessar vários dados mas não é todo mundo que consegue acessar. Ou por falta de conhecimento ou por falta de equipamentos né, internet. Ou simplesmente desconhecem que existe. Você pode solicitar essa prestação de contas também né, qualquer pessoa pode solicitar e ela é prestada. Mas relatórios públicos facilitaria muito mais. Eu gosto de tudo mais transparente, e nós temos uma rádio em Maria da Fé que poderia ser utilizada para fazer uma prestação de contas. A gente tem os famosos pontos de comércio aqui, não sei mais como funciona isso, mas teve um tempo em Maria da Fé que era fixados os balancetes mensais do que era gasto e como era gasto. E é uma coisa que as pessoas conseguiam se informar com facilidade. Então acredito que tem como mas muita gente não sabe. A transparência ocorre né, se for assim, solicitada, mas a gente não tem muito tipo dessas situações, eu desconheço quem tenha essa curiosidade. As vezes as pessoas ficam com suposições e não buscam a verdade né, então talvez algum site, (...) a gente tem um site mas não sei se lá poderia ser divulgado.

PERGUNTA 5 - A respeito Das leis, regulamentos, normas e diretrizes que definem o contexto legal e regulatório do turismo mariense, você os considera suficientes ou ainda há campos para avançar? Se sim, se puder citar um exemplo.

ENTREVISTADO: A gente tá no caminho certo, muita coisa já foi legalizada, já entrou no eixo. Principalmente a partir dessa secretaria. Eu vejo isso mais acontecendo nessa secretaria porque agora eu sou membro do conselho, não sei como há anos atrás isso estava. Mas a gente entende que melhorou muito. A gente conseguiu colocar maria da fe dentro de alguns tramites legais para repasse, pra tudo isso, né, arrumando a casa ali. Mas eu acho que ainda tem muita coisa pra melhorar, são muitos detalhes. Cada vez que você manda um documento, é uma exigência nova. Tem que comprovar isso. Tem que comprovar aquilo. Então tudo está caminhando, mas tem muita coisa a ser feita.

PERGUNTA 6- Você consegue citar exemplos de situações em que a participação das pessoas nas decisões sobre o turismo levou a melhorias reais em nosso município? O que podemos tirar como aprendizado dessa experiência?

ENTREVISTADO: Não consigo me lembrar da população se movimentando pra poder fazer alguma solicitação em relação ao turismo. Já me lembro de membros dos empreendimentos fazendo solicitações através do grupo de WhatsApp que existe né, do setor turístico e essas

peessoas fazendo solicitações. Por exemplo: "Pode melhorar essa estrada" ou " a coleta do lixo não tá boa, a gente tem que tem um respaldo maior". Essa pequena parte através do grupo se manifestando alguma melhoria. E as vezes acontecem algumas reuniões que você convida as pessoas a comparecer e as vezes não aparece e aí depois sim, uma certa solicitação ali porque a conversa vai e anda, mas através do grupo eu, particularmente, presencio mais. No grupo estão os setores hoteleiros, produtores de azeite, associação dos produtores de azeitona, comércios diversos, agências de turismo, então é um grupo bem completo. Os interessados estão nesse grupo.

PERGUNTA 7- Você poderia me explicar como é o processo de liderança dentro do conselho?

ENTREVISTADO: Somos organizados. Temos presidente, você presidente, secretários. Então a liderança dentro do COMTUR ela é muito boa. As ações ali que acontecem e as reuniões marcadas ali são bem discutidas. Todas as pessoas têm voz pra debater alguma coisa até a gente chegar no consenso. Então são reuniões muito produtivas, a gente aproveita bastante coisa e consegue realizar a maioria das ações que a gente propõe. Claro que sempre fica uma coisa ou outra pra outra reunião pra ser discutido, mas ainda para ver o que consegue né para trabalhar junto com o poder executivo. Então é assim é bem trabalhado né há conquistas mas há esperas também.

ENTREVISTADORA: Alguma questão que queria complementar?

ENTREVISTADO: quando eu pensei em trabalhar com turismo, só que a gente volta pra realidade e vê que não é aquilo. A cidade ainda estava começando a engatinhar, mas já tinha uma busca pelo turismo, os artesãos aqui fazem um trabalho maravilhoso, são obras de arte mesmo. Isso começou a chamar a atenção lá atrás. Então eu acredito e quero muito que Maria da fé tenha uma explosão de turismo. E que esteja preparada para receber estes turistas também. Que a população esteja consciente do papel dela de ser agradável né, de receber bem. Porque nisso todo mundo ganha. Você vai ter melhoria de infraestrutura, tem condições de trazer mais benefícios pra cidade, porque é uma cidade que recebe pessoas. Então a gente melhora em vários aspectos, e é a tônica que a cidade tem né. De receber as pessoas. A gente só tem que melhorar o como a gente recebe essas pessoas. E os próprios moradores, principalmente os mais antigos, entenderem que é uma coisa que né, dá certo. O turismo dá certo. A gente tem que

acreditar nele. Mas tem que ter uma gerência muito boa, uma liderança muito boa para que isso tudo aconteça.

ENTREVISTA 3

PERGUNTA 1- Qual a sua concepção sobre o papel e a função do Conselho Municipal de Turismo em nosso município?

ENTREVISTADO: O conselho é fundamental, nosso conselho é fiscalizador e consultivo. Ele não é deliberativo. Então ele age como um apoio de fiscalização das ações da secretaria mesmo. A gente tem que entender ele como uma dinâmica de que ele tá consentindo o que a gente tá fazendo, não autorizando. É diferente. Ele também age na proposição de ação (...). Os membros estão diretamente relacionados com o ramo, por ser um trabalho voluntário, até por isso, elas conseguem fazer mais do que é exigido sabe. O conselho com a importância do desenvolvimento turístico aqui é basicamente isso, ele age como fiscalizador e proponente de ideias né. Eles participaram também da construção do plano municipal de turismo, eles vem com a gente nessa gestão que foi reformulada agora, saiu um ou dois conselheiros só. Mas é o mesmo grupo que tá com a gente a quase 4 anos. Eles são engajados e preocupados e entendem a função do conselho que é o mais importante.

PERGUNTA 2- Como você considera que o turismo local está organizado?

ENTREVISTADO: Bom, com relação a esse tipo de organização foi tentando em 2018, encabecei um movimento aqui, a criação de uma rede empresarial de cunho turístico né. A ideia é que se formassem clusters, pequenos grupos com afinidades de prestação de serviço para justamente ter um associativismo, um cooperativismo buscando ter uma entidade privada além da pública pra poder ter continuidade nos projetos. Mas infelizmente a pandemia veio e a gente parou com essa ação, mas hoje em relação a organização a gente tem somente o COMTUR como atuante, que é um órgão público, não há outra organização. Existem parcerias parciais que são pequenos grupos que fazem, entre agências de turismo, hotéis e gastronomia tal, mas nada muito formalizado e que faça grande diferença na cidade. Então o COMTUR é o único órgão nessa dinâmica de organização turística e não sei se a gente pode considerar também,

mas hoje a gente tem o curso de guia de turismo aqui, e o pessoal tá se organizando pra fazer uma associação através dele. Mas não tem nada confirmado, nada solidificado. Então o único órgão que a gente vê é o COMTUR. Que volta na primeira pergunta, que é um órgão atuante, fiscalizador, consultivo que apoia as ações turísticas mas fica mais por conta de a secretaria fazer essa dinâmica de desenvolvimento e articulação. (...). As proposições vêm pela secretaria, alguns pelo COMTUR. Inclusive todos os gastos que a gente faz com movimentação do fundo tem que passar pela aprovação deles e tudo mais. (...). Hoje em dia são poucas proposições é mais no sentido de fiscalização e consulta mesmo do que de falar o que tem que fazer ou como tem que fazer. Inclusive fica disponível também as atas para você dar uma lida e ver como é que a gente caminha aqui com isso.

PERGUNTA 3 -Você considera que existe um ambiente colaborativo entre setor público, os atores privados (empresas) e comunidade? (Engajamento). Como superar os obstáculos?

ENTREVISTADO: Aqui é um paradigma que a gente tem a ser quebrada. É uma luta constante que já vem acontecendo pelo menos há mais de 6 anos, 7 anos de fazer com que a comunidade enxergue o turismo como agente econômico, protagonista econômico. Há sim entre a secretaria e as empresas do setor uma boa relação de articulação, de promoção conjunta, da parte da secretaria até uma orientação no sentido de padrão de receptividade esse tipo de coisa, ou as vezes chega uma reclamação aqui e a gente consegue repassar isso para eles. A comunidade ela fica alheia, ela não se envolve ela é um pouco resistente quanto a isso. A gente está no começo da consolidação turística aqui e assim, vai ser um sistema que se não for feito de modo harmônico, tende a ser traumático né. Então a gente toma cuidado, a gente pisa em ovos com a comunidade, mas é o que eu sempre falo, eles só vão ver o valor do turismo pra cidade quando começar a ter movimentação econômica, quando começar o pessoal a enxergar o turista como o cifrão que ele é. Não como uma pessoa que ta invadindo o espaço dela pra tirar qualquer tipo de perda de espaço, qualquer tipo de autonomia dentro do contexto social geral né. A gente faz trabalho de educação patrimonial e turísticas nas escolas que já é no sentido mesmo das crianças crescerem entendendo a importância do turismo e o que ele pode vir a gerar. O que há maior envolvimento da sociedade no sentido positivo e negativo são as festividades né, que aí eles participam como opção de lazer, mas eles não conseguem enxergar o viés global disso que é o viés de indução turística, fortalecimento da identidade, de movimentação econômica... Tudo isso que por exemplo que o festa do azeite, o festival de

inverno. Então é um baixo envolvimento da comunidade, mas a relação entre a secretaria e dos agentes do trade turístico é uma boa relação e a gente caminha junto nesse sentido.

ENTREVISTADORA: Então uma maneira que você citou de superar esses obstáculos seria então a educação?

- Isso. Exatamente. Porque os mais velhos são resistentes, conservadores, eles tendem a não aderirem a essa questão turística da cidade. Eles preferem que fique na monotonia daqui, de sempre, na tranquilidade de sempre. Do que tentar dar um passo grande de tentar fazer o turismo acontecer aqui. Já tem uma nova geração que tá trabalhando isso né, pessoas da minha faixa etária, acima com mais ou menos anos, trabalham constantemente para que o turismo seja desenvolvido. Então eu tenho a perspectiva que em 10 anos no máximo a gente tenha essa articulação política, até porque em 10 anos esse pessoal conservador vai começar a perder a força. E a gente também tá crescendo, tá recebendo muito mais visitante do que antes, então o pessoal já tá vendo que o turismo tá acontecendo, e a medida que as coisas vão evoluindo, eles não vão ter mais pra onde correr. Então é o ambiente que vai moldar e não a sociedade.

PERGUNT 4- Como se dá a comunicação no âmbito do turismo do município?

RESPOSTA: Em relação ao COMTUR né? Todos os gastos que a gente faz com o FUMTUR ele tem que passar pelo COMTUR, para que ele seja concretizado. Inclusive o FUMTUR nosso é pouco movimentado porque nossa arrecadação é muito baixa. Nossa arrecadação fica entre R\$ 3.200,00 e num mês muito bom chega a R\$ 4.000,00, dentro dessas premissas de aplicação do fundo, a gente pode pagar o circuito que já é R\$ 2.000,00 e pouco e não sobra quase nada. Então a maioria das ações que vem em relação ao turismo, por exemplo, vamos fazer um estudo de posicionamento de marca, posicionamento de marca turística né com o SEBRAE, um projeto de 6 meses para a gente lançar nossa marca ano que vem. Isso não vai sair do fundo do turismo porque a gente não tem recurso pra isso, então sai do zero-zero. Prestação de contas ela é feita através do ICMS, todo e qualquer gasto do FUMTUR a gente tem que declarar no ICMS na hora de fazer a habilitação, inclusive a gente teve esse ano a felicidade de ser habilitado em primeira instância, não teve nenhuma notificação, então a prestação de contas acontece via ICMS e pelo portal da transparência, se você entrar lá e ver no fundo você tem esse acesso, você consegue fazer (...). No COMTUR temos uma boa comunicação, (...) quando há uma solicitação o presidente encaminha um ofício ou informalmente solicita a informação e eu

passo, então é uma comunicação muito leve e efetiva, porque eu pra ser sincero, quando entrei no COMTUR depois da gestão passada, pra não deixar a sessão turística nossa decair. Então eu usava o COMTUR, como uma ferramenta legal para fazer a cobrança pra secretaria encaminhar pelo menos umas ações básicas. Como a atribuição do conselho não é deliberativa, ele não decide nada, apenas consulta, ele perde um pouco a força, mas a gente tem uma potência no sentido social de cobrança né. Porque o conselho ele age justamente por isso né, ele é a ouvidoria da sociedade, escuta pública, indicando ações pro poder público executar. Então a comunicação entre o COMTUR e a secretaria ele é muito efetivo, já foi um pouco mais traumático. (...). Em relação a secretaria e a população, a gente tem os canais de acesso que é site institucional turístico, o Instagram, facebook, redes sociais, então ele se dá basicamente por isso né. Por esses dois canais. A gente não posta só a questão de promoção turística, mas também questões como a gente foi habilitado no mapa do turismo, ontem saiu a confirmação da habilitação no ICMS e a gente vai fazer uma postagem também, então no sentido de gestão interna da secretaria a gente usa esses canais também pra fazer a divulgação das ações de gestão mesmo né. E que vão além da promoção turística.

PERGUNTA 5- A respeito Das leis, regulamentos, normas e diretrizes que definem o contexto legal e regulatório do turismo mariense, você os considera suficientes ou ainda há campos para avançar? Se sim, se puder citar um exemplo.

ENTREVISTADO: A gente tem em relação a legislação a gente tem a regularização do COMTUR, do FUMTUR e tem o plano municipal de turismo (PMT) que é atualizado a cada 4 anos. Quando eu tava como presidente, eu propus que fizemos uma lei, mas no sentido de resguardar a população de eventuais forasteiros que vem pra cá e montam empreendimentos e não deixam o dinheiro aqui, a gente tem casos claros como Gonçalves, Monte Verde que o pessoal do vale do paraíba subiu a serra e começou a comprar terra e fazer operadores turísticos e não se envolver com a sociedade. Então em 2021 eu enquanto presidente do COMTUR, eu propus, inclusive tem a minuta dessa lei aqui, uma lei que induzisse os investidores turísticos e no mesmo sentido ela protegesse o mariense de não ficar por fora disso. Acho que isso é uma ação crucial que deveria ter acontecido, na época eu tive a resposta do prefeito de que ele faria um plano macro relacionado a isso e não setorizado, no turismo, que foi algo que discordei e que ainda discordo, antes do plano macro a gente deve pensar mais setorialmente para ter um desenvolvimento mais efetivo e focado né, e até hoje não saiu, não conseguimos levar pra frente. Então assim, a legislação pro funcionamento do turismo ela ta ok, ela ta básica. Mas eu

acho que se a gente quiser dar um passo além, inclusive para já direcionar essa sanção, para nortear como essas ações vão acontecer, de que modo uma pessoa vem de fora aqui e consegue se inserir na sociedade sem prejudicar o mariense, a gente deveria ter essa lei mais enfatizada na atração de investidores, porque é importante, porque a gente tem poucas pessoas com capacidade de investimento aqui na cidade e elas inicialmente não tem interesse turístico, então a gente tem que buscar isso lá de fora, facilitar de alguma forma. A lei previa inclusive, isenção gradativa de impostos, a prefeitura auxiliar de alguma forma com maquinários para terraplanagem, então a gente tem que buscar os investidores externos e ao mesmo tempo facilitar pra que eles venham, principalmente no setor de hotelaria que é um gargalo que nosso aqui, investir pra que a gente aumente nossa capacidade de leitos e operação turística também. A gente hoje trabalha bem com o que tem mas acho que afim de assegurar o mariense e atrair novos investidores, essa lei deveria ter sido levada pra frente, mas não é decisão nossa infelizmente. (...) A gente vai ter que reformular a lei do vilarte para aumentar a fiscalização para que eles cumpram com os horários de abertura, hoje a lei branda, ela só fala que se a pessoa atrasar três meses ou não abrir por 15 dias seguidos ela perde a permissão de uso. Porém se ela abrir hoje e abrir daqui 14 dias entendeu, se ela estiver em dia com a mensalidade a gente não pode fazer nada.

PERGUNTA 6- Você consegue citar exemplos de situações em que a participação das pessoas nas decisões sobre o turismo levou a melhorias reais em nosso município? O que podemos tirar como aprendizado dessa experiência?

ENTREVISTADO: Nossa, difícil.... Que fez alguma diferença? Bom, partindo pro setor privado, a criação de novos receptivos, restaurantes né mas isso foram ações pontuais e individuais. Por exemplo a Casa Grappolo, a fazenda Santa Helena, eles fazem ações turísticas, mas priorizando somente a questão da comercialização né. A comunidade mesmo em si se envolve muito pouco, ou quase nada basicamente. Inclusive até os próprios empresários do trade eles esperam muitas vezes que a prefeitura resolva o problema ou que a prefeitura seja o Jesus Cristo que vai salvar tudo. O negócio ta longe de acontecer, de ser assim. Inclusive a ideia na formação da Rede Empresarial lá em 2018 era justamente o fortalecimento, criação de um grupo de governança mesmo para que as decisões fossem tomadas com participação social. Que a gente tivesse um poder de sei lá, 30 empresários pra fazer a cobrança pra secretaria, pro circuito turístico, pra secretaria de estado. A gente tem um exemplo muito claro em Monte Verde, que é a MOVE que é uma associação e hoje ela cuida de Monte Verde sem auxílio da

prefeitura, ela faz eventos individuais, ela padroniza as prestações de serviços, hotelaria, gastronomia e a intenção era replicar esse modelo aqui. Hoje a gente não tem participação social, ou não lembro de nenhuma ação que a sociedade participou e que gerou alguma mudança.

PERGUNTA 7- Você poderia me explicar como é o processo de liderança dentro do conselho?

ENTREVISTADO: Uma preocupação que eu tenho pra que haja engajamento, por se tratar de um trabalho voluntario a gente tem que é, mostrar pro conselheiro que ele é uma peça importante no tabuleiro, que ele tem um poder de voz que ele tem uma certa autonomia nas decisões, não é deliberativo, mas ele é ouvido e ele pode falar. Nos conselheiros que temos hoje em dia, a liderança maior é a do presidente, ele encabeça as ações e eu entro como facilitador pra que tudo aconteça. Mas no sentido de liderança mesmo eu consigo ser conselheiro e também representar a secretaria de turismo num panorama em que haja harmonia entre esses dois órgãos. Eu trabalho muito pessoalmente com cada conselheiro a questão do engajamento de mostrar que eles têm força e tem voz e eu acho que é tão importante quanto trabalho voluntario, não pode ficar cobrando muito tempo, mas no sentido de mostrar pra eles que eles tem uma participação fundamental no desenvolvimento turístico da cidade, os conselheiros.

ENTREVISTA 4

PERGUNTA 1- Qual a sua concepção sobre o papel e a função do Conselho Municipal de Turismo em nosso município?

ENTREVISTADO: O papel do conselho de turismo é mesmo em definir as estratégias e cuidar do turismo como uma fonte de renda pros munícipes e uma fonte de cultura pra quem vem. Maria da fé hoje em dia disposta muito, temos muitos turistas aqui na cidade e estamos lutando pelo quase, pra sermos a capital nacional do azeite extra virgem, então o COMTUR ele financia muito nessas ações, em lapidar esse turismo porque o pessoal daqui não tem muito essa visão. É complicado. Como eu trabalho muito em festival, aí a gente nota que o comprometimento do pessoal eles não entendem a função do turismo, o que é o turismo? O turismo é você trazer e gerar renda, você fazer conhecer a cidade, as suas belezas, as suas rotas, temos um turismo muito rico, foi criada a rota religiosa e a gente faz parte dessa rota, temos

fazenda com o azeite, o azeite trouxe muita renda pro nosso turismo. Porém se você chegar aqui e perguntar para um cidadão, ele vai falar pra você que não sabe, se você chegar aqui a noite você não tem onde jantar. Nos festivais, principalmente o festival do azeite, na festa, geralmente coincidência com a sexta feira santa, a gente não tem onde almoçar. Então a gente tenta trabalhar essa conscientização do turismo, pois o turismo ele gera muita coisa.

PERGUNTA 2- Como você considera que o turismo local está organizado?

ENTREVISTADO: Nós temos a secretária obras, tanto é que temos representações, temos o seguimento de hotelaria, de restaurante, todo seguimento da sociedade que usufrui do turismo. tanto nós da sociedade da prefeitura, conta com a infraestrutura das estradas, dessa parte da cultura do turismo como informações, o centro cultural propriamente dito com toda a história de Maria da fé, que hoje ele tá tendo uma exposição muito rica da história toda, a gente conta com isso, porém se você perguntar para um morador ele não vai saber te falar, como eu não saberia te contar a história desde o começo. (...). Então por mais que a gente conscientize, eu acho que quando a parte da educação faltava um estudo maior com relação ao turismo, porque o turismo gera renda pra cidade. (...) E quando a gente realiza essas festas as críticas são muito grande, porque eles não entendem que estamos aqui para servir, para ganhar dinheiro, que hoje tudo gira em torno do dinheiro, estamos aqui pra gerar a renda e aí é uma polêmica muito grande.

PERGUNTA 3 -Você considera que existe um ambiente colaborativo entre setor público, os atores privados (empresas) e comunidade?

RESPOSTA: Então.... Acho que existe. O pessoal eles não entendem a função do turismo, o que é o turismo. (...), mas as empresas fazem a parte delas.

PERGUNTA 4- Como se dá a comunicação no âmbito do turismo do município? (Comunicação interna x Externa, Prestação de contas, transparência, etc)

ENTREVISTADO: A gente tem muito o que evoluir ainda, porém já caminhamos muitos, a gente tem o site da prefeitura onde tudo é posto, da legislação nacional da transparência que a gente tem que obedecer. Só que ainda não é, assim, o pessoal agora que tá começando a conhecer, depois de muita insistência, de divulgação da página da prefeitura e páginas nas redes

sociais, agora que estamos começando, mas é muito lento, mas estamos começando. Agora nós conseguimos o ICMS turístico, que ele tá totalmente regular esse ano, até te mando a publicação que foi feita ontem no COMTUR que agora a gente vai receber, porque antes a gente não recebia, porque o ICMS turístico ele é um tantinho quanto chato a documentação a se fazer e assim não era feito, agora com o José Maurício ele fez e a gente vai conseguir. (...) Não foi a primeira vez mas já perdemos alguns anos nessa estrada aí. (...) A gente recebia mas era muito irrisório, a gente não obedecia algumas modalidades, a gente não atendia alguma coisa. Mas esse ano a gente conseguiu. O ICMS turístico a gente entrou, ele está regular. (...) A gente voltou para a Rota Real, que a gente tinha saído, mas a gente tá voltando agora com tudo o que a gente tinha perdido, mas estamos de volta, segundo a última reunião que eu participei do COMTUR, porque eu não sou muito presente. Como indicam a gente pro conselho, mas como eu trabalho com essa parte de festas então me colocaram no conselho. (...) O conselho tem Instagram, tem divulgação pela página da prefeitura e pela secretaria de turismo.

PERGUNTA 5- A respeito Das leis, regulamentos, normas e diretrizes que definem o contexto legal e regulatório do turismo mariense, você os considera suficientes ou ainda há campos para avançar? Se sim, se puder citar um exemplo.

ENTREVISTADO: Nós temos muitos, estamos engatinhando, temos muito a evoluir e a crescer, a gente tá começando mesmo, por que não tínhamos nada nem o COMTUR, não sei te falar a data da criação do COMTUR porque eu cheguei a pouco tempo mas a gente tem muito ainda a evoluir. Mas o que a gente tem hoje em dia é cumprido.

PERGUNTA 6- Você consegue citar exemplos de situações em que a participação das pessoas nas decisões sobre o turismo levou a melhorias reais em nosso município? O que podemos tirar como aprendizado dessa experiência?

ENTREVISTADO: Não me recordo, o que a gente tem é sempre ali o Vilarte que eles sempre levam alguma demanda, a demanda é claro das fazendas por conta das estradas e das vias e é mais isso, não me recordo de nenhuma outra movimentação nesse sentido.

(...) Vilarte Eles não abrem, eles pagam uma taxa irrisória até e assim, a gente tem recebido muito turista e aí chega segunda feira, tem turista na cidade e o Vilarte tá fechado, domingo

fecham, não são todos que abrem, eles estão criando uma série de regras mais rígidas para que eles possam cumprir e continuar ali, oferecendo os produtos.

PERGUNTA 7- Você poderia me explicar como é o processo de liderança dentro do conselho?

ENTREVISTADO: O turismo é uma coisa mais difícil da gente lidar com ele, porque nem sempre a pessoa tem a mesma visão, mesmo dentro do COMTUR, porque é como todo conselho ele é feito de indicação de vários seguimentos e as pessoas caem lá de paraquedas, eu mesma sou uma, só que como eu já trabalhei na secretaria de cultura e turismo a um tempo atrás e trabalho com os festivais que a gente tem aqui na cidade. Agora a gente tá tendo um conselho mais atuante. Mas é bem complicado, as pessoas são muito desanimadas, não enxergam a cidade como uma cidade com uma fonte turística, porque realmente não temos o olhar do cidadão de que Maria da fé é uma cidade turística. Eu percebo que a gente tem esse potencial e graças ao *presidente do conselho*, ele investe muito. Até a nossa retomada a estrada real foi por iniciativa dele que a gente conseguiu retomar, foi sim, ele não gosta que fala mas foi. Mas é muito complicado trabalhar o turismo. A gente pensa em colocar na grade da nossa rede municipal a ementa do turismo, para desde pequenininho a gente colocar essa sementinha para que daqui um tempo a pessoa entenda o que é o turismo, o que pode ter do turismo, os benefícios e malefícios. Sim, inclusive perdia a matrícula do curso o (curso de guia do turismo) perdi tudo, mas é um sonho (...). Quando eu acordei já tava começando o curso e não dava mais pra entrar, e por questões pessoais também eu não podia. Mas é fantástico, porque a gente não tem, se você chegar na cidade e eu mesma, se você perguntar onde é a fazenda Santa Helena, eu vou te falar " a fazenda Santa Helena é aqui, indo pro Alecrim, Que é produzido o azeite Monasto que é mundialmente conhecido, é famoso, tá em 12 ° lugar no ranking mundial mas eu nunca fui na fazenda. Lá os olivais eles produzem com som de música clássica, mas eu nunca fui em nenhuma dessas fazendas. Eu tenho todas essas informações, vídeos, de boca a boca mas eu nunca fui, até mesmo porque não dá tempo. (...). Olha tá crescendo muito esse turismo aqui em Maria da fé com degustação de azeite, tá muito forte esse lado, mas é um tanto quanto caro né, então é uma classe mais alta que tem essa possibilidade. Mas tá crescendo muito muito. (...) Gente de fibra, o Leonardo Bueno, até eles estarão presentes no festival de inverno, estarão todos os designers juntos, coisa muito rara de se acontecer, o João Paulo, o Domingos, o Leonardo, eles são top no mercado, só que aqui pra gente não é. O pessoal daqui não tem dimensão da importância de obras assim, que você tem que ter um gosto muito refinado para

saber valorizar, por causa do preço. (...). Essa rota das fazendas, ela tá crescendo muito, Olivais de Quelemem, que tem o azeite, a Santa Helena, a fazenda Maria da fé, que são todas que estão muito voltadas para esse turismo. Que é um turismo voltado para um público muito seletivo, mas que tem e tá crescendo muito. O designer tá ficando até um pouco de lado em vista do azeite, e estamos agora pleiteando, nós estamos quase conseguindo, que nós seremos a capital nacional do azeite Extra virgem. Está em vias de ser aprovado. Então com isso acho que vamos ter que ter uma conscientização da população porque vai gerar o turismo, vai fazer diferenças muito grandes, vai ser muito bom. Eu falo que agora estamos caminhando pra ter o ouro verde né (azeitona).

ENTREVISTA 5

PERGUNTA 1- Qual a sua concepção sobre o papel e a função do Conselho Municipal de Turismo em nosso município?

ENTREVISTADO: Em Petrópolis eu já atuava como conselheiro um conselho municipal de turismo, já tinha uma boa base. Só que o Estado do Rio de Janeiro, Petrópolis a modo dizer, em nível de classificação do turismo no mapa turístico ela é classificação A ela é top. Maria da Fé é D, está começando ainda né. Isso tá sendo um grande desafio para gente em parceria com a secretaria municipal até para prefeitura. A gente tá criando várias ideias para poder melhorar isso na virada do ano, isso acontece sempre na virada do ano. Eu já tinha essa experiência então eu tô trazendo muita coisa, apesar de que falavam para mim assim que eu era forasteiro eu não ia conseguir nada na cidade por ser pessoa de fora, coisa interiorana provinciana, vamos dizer assim né. Mas aí com jeito devagarinho conquistando o coração das pessoas a gente vai angariando corações para dentro da gente. Eu sou apolítico, detesto política, não gosto, mas eu trabalho muito com sentimento das pessoas né. Eu procuro conversar dialogar né. Nosso objetivo, o meu objetivo na época, era que Maria da Fé despontasse realmente do turismo, porque não havia nada. Eu trouxe um jipe para cá, é um jipe 4x4, uma Toyota bandeirante toda aberta, aí começamos a fazer serviço. Aí você ouve né, eu sou meio ao contrário tá, sou meio ao contrário, você ouve as pessoas falarem assim “ah, um jipe para fazer turismo não vai dar certo”, falei opa! Vai dar certo! Falavam para mim assim “não vai funcionar”, por aí vai funcionar e aí falavam assim, “mas isso acontece vamos lá vamos batalhar” e hoje o jipe, o

Príncipe Da Serra Turismo é uma empresa dentro de Maria da Fé e é conceituada. Ela tem um conceito muito forte, empreendedores da parte de restaurante de pousadas não aderiram na época foi muito difícil. Também né, a gente estava saindo de uma pandemia era um contexto atípico. Eu consigo entender tudo isso, vejo como vejo como provincianismo, com medo até né de tipo assim, “ah ele vem de fora para tomar o nosso lugar”, “ele vem de fora para tomar o que é meu”, e não é assim eu vim de fora né assim como outras pessoas de fora que estão na cidade empreendendo, para somar. Hoje Maria da Fé me abraçou, abraçou a empresa, (...) todo mundo já fala que já tem até um pouco de sotaque aliás, tô abraçado eu encontro muito feliz me encontro numa situação muito feliz tanto pessoal quanto profissionalmente. (...). Quando as pessoas falam assim “ah, mas você é de Maria da Fé?” E eu falo “sou”, porque eu mesmo tava botando barreira sabe. Porque quando você conecta com a terra, conecta com o local, te dá mais abertura, mais engajamento. Eu falava “eu sou de Petrópolis, eu tô aqui há pouco tempo”, essa era minha história. Hoje as pessoas me perguntam? “Você é de Maria da Fé?” “sim, sou de Maria da Fé.” Porque sou um presidente de um conselho municipal de turismo eleito por marienses, então me considero como Mariense. Não sou de sangue, porém de alma né.

PERGUNTA 2- Como você considera que o turismo local está organizado?

ENTREVISTADO: Vou deixar claro pra você, o nosso conselho ele é consultivo, deliberativo e fiscalizatório. Hábitos da governança, vamos dizer assim da gestão pública, eles estão plenamente sendo fiscalizados. Esse é um ponto primordial da minha gestão. Eu falo muito com os conselheiros, vamos fiscalizar mas não vamos colocar na rede social, isso não existe. A gente fiscaliza os eventos, a gente trabalha, eu vou na presença do prefeito e converso, ele tem uma abertura muito grande com a gente. Sempre falo para ele assim “o conselho municipal de turismo ele é apolítico, ele pertence a sociedade civil, então eu tenho que falar com o senhor com os olhos de sociedade civil” né. Então tá tendo uma abertura muito forte entre o conselho e a gestão pública. O secretário de turismo também é uma pessoa muito engajada, conhecedora a fundo dos tópicos de turismo cultura e história da cidade. Inclusive ele é guia e é parceiro nosso Sauá Azul, parceiro do Príncipe da Serra. E a gente vem desenvolvendo muito essa parte de governança junto com a prefeitura e tá dando certo. A partir do momento que você conselheiro, ou como presidente, ou membro do conselho municipal de turismo você tá “batendo” estaca em cima da prefeitura ou em cima da gestão, o turismo só vai andar para trás. A gente tem que entender que o turismo só anda com os dois braços, o COMTUR fiscalizando e a prefeitura agindo. Eu não tenho eu sempre falei isso né. Eu não sou muito a favor da

prefeitura realizar eventos, eu sou a favor da prefeitura apoiar eventos. Quem tem que realizar somos nós sociedade civil e empreendedores. A gente tem que ter somente o apoio da prefeitura, porque a prefeitura tem hoje a educação, a saúde né. Como eu deixo claro para você eu sou apolítica não tô defendendo política nenhuma tá. Mas é a minha visão sociólogo é essa, sociedade, divisão de visão de estratégias. Porque hoje em dia o ser humano ele tá muito acomodado. Ele acha que a prefeitura e a gestão, a presidência da república e todos, têm que dar tudo, todos os argumentos para você viver sua vida, mas você tá acordando que horas? 4 horas da manhã? 5 horas? ou meio-dia e já tá indo para o almoço direto esperando o bolsa família? Esperando isso e esperando aquilo? .Eu até concordo que tem situações hoje que exigem essas políticas públicas que os governos atuais estão implantando e que implantaram né e estão dando conta. Mas o ser humano ele precisa entender que ele depende dele, pra ele ser o ser humano, o seu nome Laís Aparecida da Silva, quem é Laís Aparecida Silva? Opa, eu vou poder dar um conceito pra Laís né. Vou poder falar isso baseado em fatos e atos. É isso que o nosso trabalho dentro, conselho, o que a gente busca, tem advogados, professores é um conselho bem coeso, bem forte, hoje gente busca essa parceria. Essa parceria que tá dando "boom", cada um era eo que eu falo "barabará", que é cada um buscava o seu caminho. Agora não, a pousada liga para mim e fala assim "a gente tem um casal aqui querendo fazer um passeio de jipe" Opa! Vamo Nessa". Vou lá busco, faço o passeio, o cliente liga e agência de turismo tem muita gente que se apega a agência de polícia como referência antiga, de bons conceitos dentro dela, tem todos os parâmetros, tem seguros entendeu? Hoje o cliente liga para mim "ah to querendo uma pousada" "qual tipo de pousada?"... A gente indica, isso sem cobrar comissão. Porque normalmente as agencias cobram, a gente não trabalha dessa forma já para criar realmente esse ambiente gostoso esse ambiente saudável entre o trade turístico.

PERGUNTA 3- Você considera que existe um ambiente colaborativo entre setor público, os atores privados (empresas) e comunidade? (Engajamento). Como superar os obstáculos?

RESPOSTA: Aqui tá bem coeso às vezes tem o degrauzinho que tem umas falta, falta as vezes uma cerâmica... mas a gente dá uma ajeitada na cerâmica, ta meia torta sabe mas a gente tá construindo isso. Porque Maria da Fé é uma cidade interiorana, como eu já falei no início, o provincialismo cultural ele é muito forte. Hoje a sociedade, ela com a internet, ela tá muito globalizada. Não é todo mundo que quer tudo dentro de uma cidade pequena e ela não comporta tudo isso. O papel hoje da secretaria de Cultura e turismo, da gestão e do COMTUR, é consultar

é deliberar o que acha que há interesse. Hoje nós não temos mais a catira né, você não vê mas na cidade. O COMTUR com várias demandas em cima da secretaria, em cima do poder público para retornar isso. Isso não é gasto, isso não é custo financeiro, é apoio que a gente fala. Demandas nós temos bastante, a gente vai ter agora o festival de inverno. Esse festival de inverno está tendo bastante consulta eles perguntam para gente, às vezes não, e eu vou lá meto meu dedo mesmo. Eu sou mariense de alma não adianta eu brigo mesmo por Maria da Fé. Vou lá falar “isso aqui não tá assim”, “ó melhor fazer isso daqui”. Tem situações na festa do azeite, montaram uma tenda e amarraram uma escora numa Oliveira septuagenária nossa. Quando eu vi aquilo eu me arrepiei todo, eu falei “não pode tirar”, o rapaz falou assim “mas não pode” e eu falei “não, vai tirar ou vai tirar ou não vai ter não vai ter barraca aqui”, é um patrimônio, a Oliveira é um patrimônio então a gente tem que cuidar. Se fosse outras pessoas em outras cidades, outras pessoas fariam “ah deixa vai virar uma estaca mesmo” mas ali eu imaginei que tava ferindo a Oliveira, não só ferindo a Oliveira como tá ferindo os princípios do nosso gestão, de cuidar, de preservar. Foi na hora, o Zé Maurício foi lá não pode tirar ele é presidente do conselho e ele pediu para tirar pode tirar, senão vai dar problema para gente. Na hora o rapaz deu um jeito dele lá e ele tirou. Ou seja, a gente tava fiscalizando, a gente tá trabalhando mas dentro do apoio, dentro de um consenso, nada de briga sempre tem um cafezinho um pão de queijo no final.

**Pergunta-4 Como se dá a comunicação no âmbito do turismo do município?
(Comunicação interna x Externa, Prestação de contas, transparência, etc)**

RESPOSTA: Olha a comunicação né do COMTUR com a gestão a pública tá ocorrendo naturalmente ela corre muito bem. Nós temos um grupo onde o secretário participa também, ele coloca as ações e apoiando. Essa parte tá correndo, tá fluindo vamos dizer assim, porém na parte do conselho ele ta bem coeso, ele tá se ajustando, mas ele tá ficando bem forte dentro da cidade ele está sendo bem visto. Agora há dois meses atrás eu tava sentindo falta do Instagram do conselho municipal de turismo, porque é onde a gente vai chegar, da nossa mídia, vai chegar para a sociedade, para quem interessar for. E assim, a gente sempre fala olha vai ter reunião porque a reunião não é só do conselho, ela é participativa, o trade tem que aparecer. As vezes aparecia assim, dois, três, sabe no início. Alguém sempre falava assim “ah mas é melhor parar” e eu falei “não gente tem que continuar, trabalho de formiguinha começa assim, a rainha mostra o espaço e as outras batalhadoras vem junto, aí constrói um formigueiro. É assim que funciona. Vamos construir e foi onde a gente construiu. Só que todo mundo tem suas atividades, a gente

sabe disso. Às vezes vai um, às vezes não vai, mas o grupo no WhatsApp tá sendo muito importante porque as demandas são todas para esse grupo e a gente debate. A gente não fica debatendo porque não concordo ficar debatendo em WhatsApp, em social não concordo, eu sempre coloco assim “gente vamos preparar essa pauta para a próxima reunião” daí acontece de quem interessar a quem interessar for, aparece. A agora a gente começou com a rede social tá devagarinho, depois você dá uma olhada lá. A gente não tá colocando nada de prefeitura, a gente tá falando sobre o conselho das atuações do conselho municipal tava morto, agora a gente tá dando voz a ele. A gente está mostrando todos os conselheiros, as pessoas que estão aparecendo as reuniões, agora as reuniões vão ser todas fotografadas, junto com a gestão pública junto com prefeito, junto com o secretário. Porque o povo precisa entender e assimilar isso, o COMTUR não faz nada sozinho e sem a prefeitura não faz nada, porque errar é humano todo mundo erra a gente sabe disso, mas hoje tá coeso. Essa comunicação ela tá coesa. O que tava faltando e agora não tá mais que já lançou é o Instagram, é começar a impulsionar ele, é mostrar ele para a sociedade civil, mostrar que ele existe e ele tá atuando com certeza.

Na prestação de contas, no mesmo sentido ele cobra. Quanto foi a festa do azeite? né eles fazem a planilha e apresenta para gente. Porque o conselho ele possui uma verba que é o FUMTUR, ela é controlada não só pelo presidente mas pelo conselho né, então a gestão ela tem que prestar conta disso. Eu sou muito enfático nisso né, se a gestão utilizar o dinheiro e não comunicar ao conselho, eu vou lá e falo prefeito secretário, quem for, olha vocês utilizaram uma verba sem autorização, nós somos deliberativos. A gente não é só consultivo, você tem que pedir autorização a gente. Já aconteceu “Ah desculpa então a gente vai na próxima vez a gente vai regulamentar isso”, ou seja dali para frente é tudo uma questão de conversar sabe Laís. É tudo da conversa. O que faltava era isso essa conversa. Essa engrenagem não tava rodando e hoje ela já tá rodando.

PERGUNTA 5 - A respeito Das leis, regulamentos, normas e diretrizes que definem o contexto legal e regulatório do turismo mariense, você os considera suficientes ou ainda há campos para avançar? Se sim, se puder citar um exemplo.

RESPOSTA: Ah eu acredito que a gente ainda tem muito campo para avançar. O potencial turístico de Maria da Fé ele é muito grande, você não tem noção do que é Maria da Fé a nível de turismo. Se a população entender que turismo gera renda e gera lucro para si próprio, que vai levar dinheiro para dentro de casa e não virar só um freelance, eu acho que sim, eu acho que

ainda falta esse engajamento, mas a gente tá engatinhando né está engatinhando a gente vai chegar lá. (...) A gente tá com o Plano Municipal De Turismo (PMT) na câmara, está com PMDE também que é o Plano Municipal De Desenvolvimento Socioeconômico, com Sebrae que tá tendo uma adesão boa. Isso tudo tá sendo amparado pela prefeitura no caso, a gestão pública ela tá dando uma aparado para que a coisa aconteça. Eu sempre falo a sociedade civil hoje ela só pode cobrar se a gestão não fizer, mas quando a gestão faz e mostra que tá fazendo, quando ela apoia e dá os caminhos, a sociedade não pode falar. Esses dias eu tive uma situação na cidade e falaram assim, “mas a prefeitura a gente não vê fazer nada” como assim? Não a prefeitura tá cheia de curso tem sala do empreendedor, hoje tem sala do empreendedor do SEBRAE. Quando eu cheguei aqui não tinha nada, hoje ela tem uma gama de ações voltadas à sociedade civil que não são aproveitadas, infelizmente. A gente tá batalhando contra isso também tá começando, mas isso é política né infelizmente. Tem gente que gosta do atual prefeito, tem gente que não gosta, que quando entra outro Prefeito que não seja o mesmo né que não seja o atual, que seja ele mas de preferência que não seja ele, não to julgando né, mas se vier uma outra pessoa vai acontecer a mesma coisa, não adianta. Como eu te disse né a gama da sociedade ainda quer tudo pronto, e não é por aí. Ela tem que ir ela tem que andar com as perninhas dela eu sempre falo isso. Eu tenho o meu jipe aqui e eu nunca fui na prefeitura pedir nada, “ah me arruma um cliente para andar de jipe?” eu fui na rede social, a gente batalhou mesmo, batalha até hoje né para poder nosso serviço aparecer. Nessa parte a gestão não tem culpa nenhuma, ela ta dando um aparato para a sociedade civil e vai chegar uma hora que eles vão entender, precisa ter essa união. A sociedade civil tem que estar ligada, mas não com a política e sim com a gestão.

PERGUNTA 6- Você consegue citar exemplos de situações em que a participação das pessoas nas decisões sobre o turismo levou a melhorias reais em nosso município? O que podemos tirar como aprendizado dessa experiência?

ENTREVISTADO: Teve várias e várias ações que a gente brigou na própria reunião, brigou o modo dizer né, pejorativo falar assim, mas a gente brigou, discutiu com o secretário e a pronto a questão 72 horas no máximo resolveu. Tinha questão de um trailer que além de ser presidente do conselho municipal de turismo, eu faço parte do conselho de patrimônio, COMPAC né, o conselho de patrimônio artístico e cultural da cidade, e a nossa estação como você sabe, mariense, somos mariense né, ela pertence ao patrimônio. Ele é tombada pelo patrimônio histórico cultural da cidade e tinha um trailer que tava do lado do da estação fazendo

hambúrguer, fazendo cachorro quente e aquele vapor do exaustor tava indo para cima da pintura. A parede tava ficando engordurada e nós levantamos essa questão junto a secretaria de cultura e turismo, e que em questão de 72 horas foi resolvido. Não só essas como várias ações hoje, o assessor da secretaria de obras, que a gente se dá muito bem também, tudo que você pede a ele “poxa eu tô precisando dá para você colocar uma lâmpada ali e tal lugar assim” ele prontamente como Marquinhos vai lá e coloca lâmpada. Aquelas hortênsias que tem em frente ali a Maria fumaça, tava toda deteriorada né na festa do azeite estava horrível muito feia né por causa da chuva intensa ela murcha. Eu pedi a ele, isso não foi nem o conselho, foi o presidente pessoalmente falar com ele “da para fazer uma limpeza?” mas imaginei que fosse ser uma pouca limpeza sabe, mas ele fez um trabalho assim muito bonito e para festa do azeite ele destacou ainda tinha algumas hortênsias, então ela destacou. Ou seja tudo gente tá pedindo, a gente tá pedindo com jeitinho mineiro sabe aquele jeito sem briga, “senta aqui vamos conversar” e tá sendo gostoso ele tá pautado em muita honestidade, muita transparência, nosso conselho ele tá muito coeso nesse ponto. A gente ta indo no foco certo, (...) mas às vezes um evento por exemplo tem que ter uma ambulância disponível hoje a prefeitura já tem uma que pode disponibilizar os eventos ou seja tá acontecendo, tá acontecendo.

Já houve situações assim que eu tava tá na rua “Ah você que é o Presidente do conselho? Precisa fazer isso, isso e isso” Ah então tem que colocar na demanda, participa da reunião, eu puxo sabe, puxo pra dentro da reunião. Porque a sociedade ela tem que entender né que a voz dela é ouvida, mas não na rua. Eu ouço as pessoas falando, porém eu puxo para reunião. Eu falo o “trouxe fulano de tal, queria apresentar, vocês já conhecem ele trouxe uma demanda para nossa reunião e vamos discutir essa demanda” a pessoa expõe a demanda e a gente discute, passa para secretaria competente passa para gestão né que tá acontecendo, está acontecendo.

PERGUNTA 7- Você poderia me explicar como é o processo de liderança dentro do conselho?

ENTREVISTADO: Eu gosto que eu sempre estou convidando por exemplo tem uma reunião, vamos dizer hoje aqui quinta-feira tem uma reunião na terça-feira eu já tô convocando. Eu passo na rua falo com o pitanga, falo com um falo com outro. a gente sabe que as pessoas trabalham e o horário normalmente é 16 horas 15 horas, tá trabalhando mas quem tem disponibilidade vai e graças a Deus tá acontecendo, tá acontecendo, é difícil...é difícil(...)Nós já pensamos em colocar o COMTUR pra aparecer, só que falaram que a gente ia receber muita bomba, que a

gente não tá estruturado ainda para receber essa demanda da sociedade, eu falei “não interessa” eu sou meio desbravador nesse ponto, eu vou responder todo mundo, agora nós já temos condições de fazer isso sim. A população ela me colocou como presidente do conselho porque confia no trabalho. Eu Confia na pessoa física e no empreendedor, então tem que mostrar isso. Eu falo, eu ouço muito quando eu tô na rua “Ah o COMTUR ta fraco, não sei porque tá fraco” eu falei “não ele tá fraco, não, ele tá forte! você que não sabe.” Ah mas como é vou saber? Ah vai lá participa, se envolve. Ah mas é sempre escuta isso é um provincianismo cultural né. Mas você quando convida, ela fala assim “ah mas não muda nada”, vai lá e ve que você vai ver que mudou muita coisa. A gente tá brigando, existe o conselho né o conselho tá forte, aí de vez em quando apareceu um ou outro, é trabalho de formiguinha nada mais que isso infelizmente. A gente tá saindo de uma situação como eu te falei né de uma pandemia, foi muito forte tava tudo paralisado, falando em turismo e Maria da Fé, só existia a Saua Azul né, então ele segurou tudo sozinho, ele criou praticamente 90% dos serviços que o Príncipe da Serra trabalha foi feito em cima, baseado no pioneirismo da Saua AZul. Gratidão por ele, a gente trabalha unido. Nos dois somos uma parceria muito forte na cidade, porque é gostoso que a gente briga, só não sai tapa mas que a gente briga. Vamos fazer isso, “ah mas não (...)” e eu falo “ não, mas não é a sociedade que precisa, Maria da Fé que precisa vamos lá” aí agora como presidente aí eu jogo mais ainda né, abre seu olho se não vou te ferrar, te lascar, eu brinco. A briga existe porque a gente sabe que quem sai ganhando, não é o príncipe da Serra, não é secretaria, mas é Maria da Fé, nosso foco é a Maria da Fé.

ENTREVISTA 6

PERGUNTA 1- Qual a sua concepção sobre o papel e a função do Conselho Municipal de Turismo em nosso município?

ENTREVISTADO: O COMTUR nosso graças a Deus é bem atuante a gente passou por várias formações do conselho nesse período, mas a formação que a gente manteve hoje inclusive foi renovada trouxe a formação do ano passado e a gente conseguiu colocar conselheiros que realmente participam, ela teve agora em março a renovação do prazo do conselho que é bianual então venceu de 2021 a 2023, e agora de 2023 a 2025, que vai essa nova formação que a gente manteve os mesmos conselheiros que estavam no finalzinho do ano. Minha participação, como eu disse, eu quem redijo as atas, então obrigatoriamente tenho que estar em todas as reuniões. E por estar na secretaria também facilita um pouco, não tem como falar “não, estou ocupada

com outra função”. E eu gosto muito porque o conselho é bem participativo, as atas redijo com facilidade por que não existe muito conflito nas decisões, a gente consegue entrar em consenso os votos são a maioria unânimes é claro que tem pontuações de melhorias né que são individuais de cada conselheiro. Então acho que o Conselho é importante porque os outros conselheiros estando de fora da secretaria, eles conseguem trazer pra gente que é da Secretaria uma visão de quem tá atuando mesmo no turismo, então por ele ser composto por agentes de empreendimentos da cidade e agências de turismo, a linha de empreendimento voltado pro olivicultura, então eles trazem uma visão pra gente que a gente não enxerga de dentro da secretaria acho que isso que é muito bacana que é essa diversidade de conselheiros. Então o conselho por ser bem atuantes a gente consegue ter uma visão geral do que está acontecendo, do que eles estão vendo do trabalho que a gente tem desenvolvido. (...) Geralmente nas reuniões vão titulares e suplentes. na primeira reunião do ano inclusive faltou uma pessoa só apenas um conselheiro então foi bem bacana eles são bem participativos realmente se faltam é porque aconteceu um imprevisto urgente e não poderem ir. Tem representantes da secretaria de Educação da secretaria de Obras. A cultura e turismo não faz tudo sozinha tudo depende das outras secretarias pra gente ter uma visão e é muito bacana a ligação que a gente faz através do Conselho. No finalzinho do ano em uma das pautas a gente trabalhou a necessidade de estar fazendo planos de conscientização de coleta de lixo e de orientação para a população e uma das conselheiras da secretaria de educação, ela trouxe pra gente que a educação já estava trabalhando a sustentabilidade pro desfile do 1º de junho então essa interligação que é bacana porque entre os secretários acaba que passa essas informações, a gente não sabe como que cada secretaria está trabalhando no momento então tendo um representante na secretaria no conselho a gente consegue fazer essa junção.

PERGUNTA 2- Como você considera que o turismo local está organizado?

ENTREVISTADO: A gente vê uma ascensão em Maria da Fé hoje do turismo de experiência o turismo da Olivicultura, a atuação das fazendas produtoras que recebem os turistas está sendo muito importante, esses empreendimentos quando juntam forças com a gente a gente ver com mais clareza com mais clareza o envolvimento do turismo. Um exemplo é a Festa Do Azeite Novo, a festa do azeite ela na verdade veio do Festival Gastronômico que a gente já tinha esse viés de usar o azeite, mas dessa forma de trazer chefes e trazer cozinha Show e de dois anos pra cá. A partir do ano passado um pouco também porque o prefeito deu essa abertura pra esses Olivicultores, eles abraçaram a festa então hoje a partir do ano passado ela teve esse formato

descentralizado, não é só mais no espaço que a prefeitura organiza os eventos, é feito nas fazendas também com as programações de participação nas fazendas então acho que essa interação dos empreendimentos também ela fortaleceu bastante o nosso turismo, e o turista hoje não vem só pra procurar frio mais, maria da fé ainda é conhecida como a cidade mais fria mas a maioria eles vem procurando o azeite, então a gente tem essa vertente, tem esse espaço a ser explorado ainda dentro do olivicultura e que tem aberto muitas portas para a gente. (...) a gente buscou parcerias políticas para ter esse título, ainda está em votação, pode ser que outra cidade recorra a esse título então não é oficial ainda, mas a gente já está buscando ser reconhecida como A Primeira Cidade A Extrair O Azeite Extra Virgem né, o Brasil tem a produção de azeite mas é um azeite que é um óleo melhorado, tem junção de outros óleos então o azeite tipicamente brasileiro, extra virgem realmente foi através do estudo da EPAMIG em 2008 que foi a primeira extração, então isso é muito importante para o município. A gente tentou por alguns anos em paralelo dentro da secretaria o Conselho de patrimônio cultural, tombar “O Saber Fazer o Azeite”, só que a gente não consegue porque “O Saber Fazer” é da EPAMIG e por ser um órgão estadual a gente não traz isso pra municipal, não consegue trazer então a gente ainda tá em estudo esse tombamento né ou as oliveiras septuagenárias que temos na praça, fazer o tombamento das Oliveiras, para cultivo delas de cuidado e manutenção tornar elas um bem patrimônio do município, então a gente tem essa visão. (...) A gente tem parceria com o SEBRAE, essa parceria forte veio através da Sala Mineira inclusive, que o SEBRAE ele tem um passo a passo de como ele consegue investir no município. O primeiro passo é a implementação da Sala Mineira, que eu sou representante, o segundo passo é desenvolver o Turismo Empreendedor dentro da cidade, isso ainda tá em estudo, com esse pontapé a inicial sobre ele consegue atuar a melhor na cidade. A partir desse ano ele foi coorganizador da festa do Azeite Novo, no Festival de inverno agora ele está entrando com festival de inverno agora entrando parceria também, com dois espaços né, como a gente terceirizou o festival, ele comprou dois espaços para a gente tá ajudando o comércio, também os expositores né da festa, então ele abraça mais agora. O SENAR ele tem algum papel também dentro da cidade, mas mais cursos assim de capacitação, de cozinha, como preparar bolachas... eu não vejo muita participação do SENAR do COMTUR, ele tem atuação sim dentro da secretaria de assistências social, -CRAS, então é ele atua, mas a gente não vê muito no turismo. Fora o SEBRAE, acho que só. Instituições assim que apoiam mesmo e desenvolvem, além do circuito turístico que a gente faz partem que é obrigação a gente que recebeu ICMS a gente tem que fazer parte de um circuito, e a gente é muito feliz no circuito que a gente se associou, porque na verdade Maria da Fé dentre as cidades do circuito é a única que é indutora realmente do turismo, é a única que

tem esse viés e a aí a gente faz parcerias com as cidades da região, a gente tem uma rota de peregrinação né, a rota religiosa entre as quatro cidades: Itajubá, Cristina, Maria da Fé e Pedralva, então é uma associação das cidades do circuito e isso gera também esse essa ação regional, então fortalece tanto a nossa cidade quanto às cidades da região. (...)

ENTREVISTADORA: Então você considera que Maria Da Fé é bem engajada no circuito?

ENTREVISTADO: Na verdade, é obrigatório, um critério obrigatório para a classificação do ICMS do turismo, precisa fazer parte de um de uma IGR né que eles falam. Maria da fé já fez parte do circuito quando iniciou né, o circuito tinha um outro nome agora é Caminhos da Mantiqueira antes era... aí fugiu o nome agora, mas quando ele era o mesmo circuito e tinha outro nome. Na gestão do Adilson (prefeito) fez parte também do Circuito das Águas, que é São Lourenço e Caxambu, só que quando eu entrei eu vi que a gente poderia se associar tanto ao Circuito das Águas quanto se manter no Caminhos da Mantiqueira que era o que a gente fazia a parte de 2020, só que o Circuito das Águas não era assim uma característica nossa. É claro que as cidades do Circuito das Águas são muito mais turísticas, e o circuito Caminhos da Mantiqueira não. Tem exemplos Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, são polos tecnológicos, não é tão turístico. Só que é exatamente por Maria da Fé se destacar dentre as cidades que estavam nesse Circuito consegui convencer, deu um trabalhinho, de convenceu o atual prefeito de se manter no Caminhos da Mantiqueira, porque a gente tinha destaque e nas outras cidades a gente ia ser uma pequenininha perto das grandes, São Lourenço, Caxambu, Lambari... a gente não ia ter muita visão, então a gente se manteve no circuito Caminhos da Mantiqueira. A gente tem também dentro do ICMS obrigatoriedade de ter pelo menos uma ação regional, e a gente tem desenvolvido bastante ações. Ano passado a gente lançou a Rota do Cicloturismo Regional, são quase 550 km de circuitos, a gente preferiu as estradas vicinais para estar fazendo mesmo esse Turismo de Natureza né, que é o que o turista buscava pós pandemia. Tem também uma ação que eles desenvolveram em 2019 e criaram três rotas internas do circuito, então já existiam três rotas internas e o ano passado eles lançaram as rotas intermunicipais para complementar essas rotas, então esse circuito é bem bacana, tem o QR CODE, tem a credencial que você pega lá no centro cultural, caso você queira começar a fazer a rota, na cidade que você começou você pega o cardzinho, a credencial, e vai carimbando na cidade que você vai passando. É uma ação muito bacana, inclusive o presidente do circuito ele tá num congresso lá em BH essa semana apresentando o nosso projeto do circuito, do Cicloturismo, então tá sendo muito bem aceito, o

feedback agora no grupo do Turismo é que tá sendo sucesso, sendo referência. Os outros circuitos querem saber como a gente implementou, pra eles implementarem também no circuito deles. É simples, claro que dá trabalho fazer o georreferenciamento das rotas, foi um processo assim de um ano e meio, mas não gera muito muito custo. O Circuito ele bancou todo o processo né, porque a gente como associado a gente paga uma taxa mensal então esses projetos que partem do circuito eles que financiam. Tem outros projetos também como o Enduro a pé, por exemplo o ano passado o circuito patrocinou também, as cidades que tiveram interesse em participar eles patrocinaram a vinda para cá, porque é uma empresa privada, terceirizada. Esse ano a gente trabalha participação de feiras, eu não participo muito das reuniões agora porque é secretário que vai né, então não tô muito inteirada no que que é discutido dentro das reuniões, mas como obrigatoriedade do ICMS sempre tem que ter uma ação regional alguma coisa eles estão desenvolvendo.

PERGUNTA 3- Você considera que existe um ambiente colaborativo entre setor público, os atores privados (empresas) e comunidade?

ENTREVISTADO: Entre o setor público e o setor privado a gente tem uma parceira forte, mas a comunidade ainda não enxerga Maria da Fé como uma cidade turística. Se você parar um senhorzinho que fica sentado na praça por exemplo e pedir uma informação turística, ele vai falar que não sabe. Então isso a gente trabalha e tenta trabalhar de baixo para cima né que a gente fala dentro da educação patrimonial, de trazer as crianças para o nosso lado, para as crianças ensinarem os pais, para criar essa mentalidade, essa cultura de que Maria da Fé é sim cidade turística. Só que o cidadão ele ainda não enxerga né, como uma cidade turística. O comércio em geral também é bem resistente a isso. Assim, semana santa, por exemplo, independentemente de você ser católico, por causa da festa do azeite, então a gente tem uma resistência ainda de restaurantes abertos na sexta-feira santa, só por exemplo, então eles não têm essa visão de empreender né, de ter um comércio e ter que abrir nesse dia. A gente tem uma certa resistência.

PERGUNTA 4- Como se dá a comunicação no âmbito do turismo do município? (Comunicação interna e externa, Prestação de contas, transparência, etc.)

ENTREVISTADO: A gente tem grupos de WhatsApp, o COMTUR ele tem um grupo só do COMTUR e tem um grupo oficial do turismo, então todos os empreendimentos né que fazem

parte da cadeia fazem parte, outros também que às vezes são secundários tipo supermercado, padaria que queiram fazer parte também do grupo a gente inclui. Então nossa comunicação é feita geralmente pelo WhatsApp e quando tem algum tipo de edital, no caso daquela do Villarte né, aquelas casinhas de artesanato, a gente lança tanto no site oficial da prefeitura, no site nosso do turismo né que é turismo.mariadafe.mg.gov, e envia também nesses grupos. Acredito que a comunicação daqui para lá seja bacana, talvez um pouco falha de lá para cá, dessa população vir até a gente. Vem geralmente para reclamação né, isso é inevitável, mas a gente tá aberto, tá aberto sempre. Por causa da demanda também a gente não consegue estar presente nos comércios sempre, mas acho que quando necessário a gente dá uma forcinha, sai da zona de conforto um pouco e participa sim. Sobre a prestação de contas, a gente ainda é falho nesta parte. Mas é claro que, tipo Câmara Municipal, por exemplo, todo ano eles pedem né uma relação das atas anteriores, a gente envia, mas não publica, não publica no site da prefeitura e nada. Decreto a gente publica né, que é obrigatoriedade no diário oficial ter tudo certinho. Agora a ata das reuniões não, fica só internamente, fica só entre os conselheiros, mas as reuniões são abertas para quem quiser participar.

PERGUNTA 5 - A respeito Das leis, regulamentos, normas e diretrizes que definem o contexto legal e regulatório do turismo mariense, você os considera suficientes ou ainda há campos para avançar? Se sim, se puder citar um exemplo.

ENTREVISTADO: Dentro do turismo acredito que não, a gente tem a lei de formação né do conselho tudo, tem o regimento interno do conselho. Acho que são as duas principais que dão norte né para quem tá vindo também e tá entrando pela primeira vez conhecer um pouco conselho. A gente aprende bastante na prática também. Agora na questão de lei tem uma que não é diretamente da secretaria, mas é a lei do Villarte. Ela foi né de permissão de uso daquelas casinhas de artesanato. Ela quando foi feita, foi feita assim as pressas para poder inaugurar o Villarte. Então ela é muito falha a gente precisa realmente fazer uma revisão dela. Agora as leis de formação do conselho eu acredito que não, está bem especificado as entradas e saídas do fundo né então acho que é o principal então seguindo a lei, seguindo os parâmetros acho que acredito que a gente está bem amparado.

PERGUNTA 6- Você consegue citar exemplos de situações em que a participação das pessoas nas decisões sobre o turismo levou a melhorias reais em nosso município? O que podemos tirar como aprendizado dessa experiência?

ENTREVISTADO: Não tenho lembrança a não... A não ser claro né no caso como você tá falando de políticas públicas né, gestão pública, é a partir do COMTUR foi se criando agora o Conselho De Desenvolvimento Econômico, acredito que é daqui para frente vão vir várias ações que vão ser vinculadas né porque são na verdade são os membros que mais participam do conselho de turismo que foram indicados por Conselho de Desenvolvimento Econômico então acredito que vai ter um link que não tem como tirar, “não você é do conselho de desenvolvimento”, “você é do turismo”, é a mesma pessoa, então se ela fizer uma proposta de ação é claro que vai valer tanto pra um quanto para outro. Porque o turismo que a gente vê como principal fonte de economia em ascensão do município, então se conseguirem criar ações de desenvolvimento econômico vai refletir no turismo também. Então eu tenho lembrança que assim a grandes ações a não ser né a formação também do COMTUR, que foi o presidente né, que ele por conta própria foi atrás de conhecimento e conseguiu trazer para gente um ponto de carimbo da Rota da Estrada Real então é na pousada que ele administra que é um ponto de carimbo, e eu vi um crescente muito grande de turistas que vão lá no Centro Cultural perguntando aonde que esse ponto de carimbo depois que foi implementado. Porque a Maria da fé também ganhou uma visibilidade né dentro dessa rota, então acho que foi uma ação muito válida e as ações também de patente de marca, Festa do Azeite Novo é uma marca registrada do município, Festival de Inverno é uma marca registrada dentro do município, então são ações assim que se consolidam para gestões futuras, não é uma ação só de um prefeito, de um momento. Elas se consolidam para as próximas. Acho que isso que são ações válidas realmente dentro do conselho, não são uma visão só do que está acontecendo agora e de como eu vou me beneficiar agora. A gente tem o futuro também, a gente vê muito isso quando muda a gestão, muda tudo. O José Maurício ele tinha uma proposta de uma ação grandiosa realmente dentro do município de transformar o Plano Municipal de Turismo (PMT) em uma lei, só que era uma ação assim inovadora, nenhum município da região tinha feito, a gente não tinha norte de onde partir e o prefeito não abraçou a causa. Acho que essa se tivesse dado, se tivesse ido para frente, seria uma ação do COMTUR e ele era presidente do COMTUR que se desse certo, assim dentro dessa visão né de levar para o futuro, mesmo ações dessa gestão que se perpetuem dentro das próximas gestões seria uma ação bem bacana, se tivesse dado certo, mas aí é claro que a gente tem hierarquia né não pode passar por cima da vontade do prefeito.

PERGUNTA 7- Você poderia me explicar como é o processo de liderança dentro do conselho?

ENTREVISTADO: Na verdade o secretário ele tá mais a par das ações, é o secretário que traz as pautas da reunião e oficialmente teria que ser o presidente que apontaria as pautas, mas eu vejo uma interação muito bacana dos dois, eles são parceiros também, então eu vejo o presidente tomar para ele responsabilidades também de ter que fazer, né fazer alguma coisa a mais por ser presidente, não só conselheiro. Só que as pautas mesmo da reunião quem geralmente quem traz é a secretaria porque na verdade as demandas da população vêm direto para a gente também né, eles não vão procurar um conselheiro para trazer alguma demanda. Eles vão lá na secretaria, então essa ação também acho a gente trabalha em equipe, não tem não tem como, cada um tem a sua função e a gente tem trabalhado bastante em harmonia. Geralmente quem vai até a secretaria é quem tá voltado mesmo pro turismo, quem tem empreendimentos que estão voltados para o turismo, geralmente as reclamações maiores vem lá do Villarte, o Villarte dá um trabalho que você não imagina, mas é como todas as decisões do Villarte passam pelos dois conselhos, então a gente acaba levando para o conselho de turismo, depois para o conselho de patrimônio, entra em consenso e retorna pra eles, geralmente eles vão sim procurar a gente sim. Fazendas, bares, restaurantes hotéis, geralmente vem sim. Agora falando assim, teve pequenas ações, tipo iluminar o pico da Bandeira, teve mais uma que ela falou é trocar um relógio do termômetro ali da praça, são ações pequenas né que a gente conseguiu atender, atendeu prontamente na verdade. As vezes te ações que dependendo da mão de obra a gente meio que dá uma enrolada porque não depende muito da secretaria, depende da secretaria de obras, então a gente fica meio que encalhado na ação né nem por falta da gente querer resolver não mas é porque fica realmente dependendo de outra pessoa, mas essas são ações pequenas que partiu do COMTUR que deu certo e ouviu muito porque antes não tinha muita participação do representante da Secretaria de Obras e nessa formação de agora o conselheiro ele é responsável pela parte urbana dentro da secretaria de obras, e ele é conselheiro agora, então depois que ele entrou a gente conseguiu assim resolver coisas mais fácil né porque ele que é o responsável para executar as ações que a gente tava propondo. Então foi bacana porque ele ouvia já na reunião e já começava a colocar em prática não precisava a gente fazer um ofício né aquela toda burocracia. Então facilitou bastante e antigamente não tinha participação realmente de alguém lá de obras tinha assim, por exemplo o responsável pela defesa civil, mas ele participava dava opinião votava nas reuniões, mas não trazia soluções né dentro da secretaria de obras, o atual não, ele veio para trazer essas soluções e foi bem bacana. Eu ainda vejo algumas coisas que a gente ainda pode melhorar, e foram realmente ações que o Zé propôs, que não foi não foi dado voz né, não foi executado, que no caso comércio ambulante, por exemplo, a gente não existe no município uma lei que defina quais que são os critérios de comércio ambulante. Só que recai

na gente a fiscalização, mas como não existe uma lei não tem como a gente cobrar, a gente fica meio de mãos atadas. Essa parte também de transformas o Plano Municipal de Turismo em lei também é muito bacana e também Lei De Incentivo aos Empreendedores que estão chegando na cidade, então são coisas que a gente ainda precisa tá trabalhando a gente vê isso nitidamente né o prefeito na época ele falou que queria criar uma lei mas abrangente não só para o turismo né para todos os empreendimentos da cidade, uma lei de incentivo talvez redução de imposto, alguma coisa para incentivar mesmo os empreendimentos, os empreendedores a estarem investindo na cidade. Só que foi só uma conversa não foi para frente são coisas se a população talvez ficasse mais no pé cobrasse mais talvez tenha tido um resultado, agora a gente já cobrou, já conversou, já mostrou os benefícios que vão trazer né a implementação dessas leis dessas políticas públicas, mas não depende muito da gente se o Prefeito não autoriza a gente não tem o que fazer. Tudo passa pela decisão dele, o maior gargalo nosso dentro da secretaria é esse. O prefeito ele tem uma característica de centralizar a decisões, então tudo passa por ele. Se o Prefeito não autoriza a gente não tem o que fazer né, a gente é abaixo dele.